



RELATÓRIO ANUAL

2026



Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base

Relatório Anual 2026



Expediente

Conselho de Administração

Presidente

André Clark Juliano

Siemens Energy Brasil

Vice-Presidente

Solange Maria Pinto Ribeiro

Neoenergia

André Lima de Angelo

ACCIONA

Fernando Lohmann

MACQUARIE

Radamés Casseb

AEGEA

Marina Anselmo Schneider

MATTOS FILHO

João Greco Pinheiro

ALUPAR

Miguel Setas

MOTIVA

Bruno Sena

BMPI INFRA

Solange Ribeiro

NEOENERGIA

Alexandre Thiollier

BRK AMBIENTAL

Mauricio Cruz Lopes

OEC

Marcos Almeida

BROOKFIELD BRASIL

Carolina Rocha Freitas

PERFIN INFRA

Gustavo Estrella

CPFL

Maria João Carneiro Pereira Rolim

ROLIM, VIOTTI ADVOGADOS

Raul Ribeiro Pereira

EGTC INFRA

Antonio Carlos Duarte Sepulveda

SANTOS BRASIL

Élio Wolff

AXIA ENERGIA

Andre Clark Juliano

SIEMENS ENERGIA

Guilherme Gomes Lencastre

ENEL

Carlos Villa

SOLVI

Mauricio Bähr

ENGIE BRASIL

Sami Arap Sobrinho

VALE

Luiz Sérgio Vieira

EY

Daniel Godinho

WEG

Glauco Freitas

HITACHI ENERGY

Conselho Consultivo

Ramon Ferreira - *ACCENTURE*

Rogério Tavares - *AEGEA*

Suely Sola - *ALSTOM*

Edilene Luna - *ALUPAR*

Giane Zimmer - *ARTERIS*

Renato Sucupira - *BF CAPITAL*

Jorge Sant'Anna - *DAYCOVAL / BMG*

Miguel Noronha - *BMPI INFRA*

José Aldemir Freire - *BNB*

Nelson Barbosa - *BNDES*

Daniela Sandoval - *BRK AMBIENTAL*

Rodrigo Casemiro do Prado - *CAIXA*

Luiz Felipe Fernandes - *CONCREMAT*

Gustavo Gachineiro - *CPFL*

Roberto Borges Paiva - *ECORODOVIAS*

Luiz Felipe Falcone - *EDP*

Rosario Zaccaria - *ENEL*

Thomas Felsberg - *FELSBERG*

Gesner José de Oliveira Filho -
GO ASSOCIADOS CONSULTORIA

Alberto Dias - *HITACHI ENERGY*

Rui Chammas - *ISA ENERGIA BRASIL*

Alexandre Paranhos - *LEITE, TOSTO*

José Virgílio Enei - *MACHADO MEYER
ADVOGADOS*

Marcos Perez - *MANESCO ADV*

André Dabus - *MARSH*

Gustavo Barreto - *MOTIVA*

Claudio Medeiros - *OEC*

Otávio Ferreira - *OPY HEALTHCARE*

Marcio Zapater - *PROMON*

Julio Fontana Neto - *RUMO*

Celso Pedroso - *SOLVI*

Rinaldo Pecchio Junior - *TAESA*

Leonardo Miranda da Silva - *TOZZINI FREIRE*

José Roberto Reynaldo Jr - *TSEA ENERGIA*

Helga Paula Patrício Franco - *VALE*

Fabio Assad - *VOITH HYDRO*

Getulio Lobo - *XP INVESTIMENTOS*

Estrutura Executiva

Venilton Tadini

Presidente-executivo

Roberto F. Guimarães

Diretor de Planejamento e Economia

Nivaldo Tetti

Diretor Administrativo e Financeiro

José Maria De Paula Garcia

Diretor de Comitês Temáticos

Ricardo Galuppo

Diretor de Comunicação

Evellyn Pascon

Diretora de Eventos

Ana Claudia Calegari

**Coordenadora do Departamento
da Educação Corporativa**

Frederico Barreto

Coordenador do Departamento de Economia



Sumário

06 | Editorial

10 | Entrevista: André Clark

12 | Sobre a ABDIB

14 | A infraestrutura em números

20 | Encontros ABDIB

30 | COMITÊS

COMITÊS MATRICIAIS

31 | Financiamento, Riscos e Garantias

32 | Legal e Tributário

33 | Sustentabilidade e Transição Energética

33 | Inovação

34 | Diversidade e Inclusão

COMITÊS SETORIAIS

35 | Estratégico do Setor Elétrico

36 | Transmissão

37 | Iluminação Pública e Cidades Inteligentes

38 | Geração

38 | Rodovias

39 | Ferrovias

40 | Portos

41 | Aeroportos

42 | Mobilidade Urbana

43 | Recursos Hídricos e Saneamento Básico

44 | Indústria e Relações Internacionais

44 | Resíduos Sólidos

45 | Infraestrutura Social

46 | Construção Pesada

48 | PLANOS DE AÇÃO DOS COMITÊS PARA 2026

74 | Encontros e Debates

80 | Presença Institucional da ABDIB

87 | Posicionamento da ABDIB

89 | Educorp

92 | ABDIB na Imprensa

EDITORIAL

A complementariedade do investimento público para a continuidade do ciclo virtuoso da infraestrutura

Os avanços da infraestrutura dependem da alocação de recursos orçamentários vinculados a programas de governo

O ano de 2025 começou mal, com expectativas desfavoráveis do mercado financeiro quanto ao comportamento da economia, com forte desvalorização cambial e expectativas negativas sobre o controle da inflação, em decorrência, principalmente, da elevação dos juros e da inflação nos Estados Unidos.

O contexto internacional, de elevação do protecionismo, da reestruturação das cadeias globais de valor e de uma nova ordem geopolítica no mundo, foi acentuado por conta do tarifação do governo Trump, que bagunçou as relações comerciais num mundo cada vez mais exposto a tensões. Exemplo claro está na ação dos Estados Unidos na Venezuela e os respectivos impactos no mercado de petróleo. Isso contribuiu para alterar o contexto no tratamento das políticas rumo à transição energética para uma economia mais limpa.

Esse ponto, por sinal, merece destaque. A despeito do ambiente favorável estimulado pela realização da COP30 no Brasil — da qual a ABDIB participou por meio de empresas associadas, conselheiros e executivos —, a situação internacional conteve os avanços em direção à descarbonização da matriz energética. Os principais obstáculos se referem aos estímulos ao uso de combustíveis fósseis nos Estados Unidos e ao ritmo ainda lento de substituição das usinas térmicas a lignito na Alemanha — que continua sendo o maior poluidor da Europa.

Paralelamente a isso, novas ações foram percebidas nos principais atores da economia mundial, que aceleraram discussões rumo

a acordos de livre comércio, como os do Mercosul com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e do Mercosul com a União Europeia.

A queda da atividade econômica e a consequente redução dos índices inflacionários nos Estados Unidos permitiram a redução das taxas de juros e favoreceram o Brasil na atração de capitais externos.

No Brasil, o ano terminou com o PIB crescendo um pouco menos do que nos quatro anos anteriores — cerca de 2,3%. Com 4,26%, a inflação ficou dentro do limite superior da meta. A taxa de desemprego é a menor da história e a remuneração real do trabalho, elevada. O combo de baixo desemprego, elevada remuneração e políticas de transferência de renda foi responsável pela redução histórica da pobreza no país e pela redução das ainda elevadas desigualdades de renda.

Aliás, este mesmo combo tem sido citado pelo Banco Central como uma das causas da resiliência da demanda agregada, fazendo com que continuem elevadas uma das mais altas taxas reais de juros do mundo. Isso tem contribuído para desacelerar os investimentos e a atividade econômica.

O país registrou, ainda, outros recordes importantes em 2025. O desempenho da Bolsa de Valores, o investimento direto estrangeiro e os investimentos em infraestrutura foram alguns deles.

Os investimentos em infraestrutura mantiveram a tendência e bateram recorde novamente, como mostra o Livro Azul da Infraestrutura 2025 da ABDIB. Foram estimados investimentos de R\$ 280 bilhões, representando um crescimento de 7% sobre 2024. As boas notícias vieram dos investimentos em Transportes e Logística e em Saneamento Básico.

O protagonismo, mais uma vez, veio do setor privado, que, na enxurrada de concessões de serviços de infraestrutura vivida pelo país, contribuiu com mais de 80% dos investimentos. Esse dado traz boas e más notícias.

Boas, porque mostra que o setor privado, na presença de bons projetos e condições regulatórias e de financiamento adequadas, responde ao chamamento dos leilões. Más, porque mostra que o setor público tem investido muito pouco. De fato, o setor público, que compreende a União, estados e municípios, investiu em infraestrutura em 2025 menos da metade do que investiu no pico de 2014. Isso se deu em função das limitações orçamentárias decorrentes dos aumentos das despesas com benefícios assistenciais e previdenciários, da indexação e vinculação de despesas, além da brutal elevação dos valores das emendas parlamentares, sem critérios e priorização de aplicação, desvinculadas dos programas de Governo.

Os investimentos privados em infraestrutura continuarão crescendo na inércia desse novo e próspero ciclo, na esteira dos leilões de concessões ocorridos nos últimos, dos que acabaram de ser anunciados e daqueles que ainda serão realizados. Os investimentos privados em infraestrutura para os próximos quatro a cinco anos já estão contratados.

Esse ciclo só está sendo viabilizado pela existência de um novo e inédito padrão de financiamento da economia, unindo financiamento público via bancos oficiais, principalmente BNDES, mercado de capitais, com as debêntures incentivadas e de infraestrutura, e recursos

Os investimentos privados em infraestrutura continuarão crescendo na inércia desse novo e próspero ciclo, na esteira dos leilões de concessões ocorridos nos últimos, dos que acabaram de ser anunciados e daqueles que ainda serão realizados.

externos, incluindo mecanismos de hedge cambial no âmbito do Programa Brasil Eco Invest.

Mas, para manter a longevidade desse novo e próspero ciclo de investimentos que o país está vivenciando, será preciso alimentar o pipeline com novos projetos — notadamente nos setores ferroviário, rodoviário, de mobilidade urbana e de resíduos sólidos. Muitos desses investimentos, intensivos em capital, não conseguirão sair do papel se não houver aportes de recursos públicos em complemento aos privados, via PPPs.

Além disso, será preciso manter o novo padrão de financiamento e evitar o êxito de propostas de cunho arrecadatário, como a tentativa de taxar os rendimentos das debêntures incentivadas, hoje o principal instrumento de financiamento da infraestrutura. Essa ameaça, forte em 2025, ainda paira em 2026.

Não menos importante, é imprescindível evitar o enfraquecimento das agências reguladoras em sua autonomia, atribuições técnicas e estrutura orçamentária e de pessoal.

A agenda legislativa avançou significativamente no biênio 2024 e 2025, tendo sido aprovadas novas regulações do setor elétrico e do licenciamento ambiental, além de pautas importantes da transição energética. É importante que o Congresso Nacional aprove agora em 2026

os projetos de lei que tratam da consolidação e modernização das concessões e PPPs de infraestrutura e das exportações de serviços de engenharia.

Contrastando com esse ambiente favorável, um ponto que merece atenção especial é a frágil organicidade e a baixa harmonia na estrutura de relacionamento entre os Poderes da República. O Brasil tem assistido a um recorrente cabo de guerra entre os poderes Executivo e Legislativo e entre o Legislativo e o Judiciário. Isso gera um clima de tensão institucional que não favorece o ambiente de negócios.

Será que essa situação persistirá em 2026? Tomara que não.

No Brasil, do ponto de vista econômico, o ano tende a ser morno, com baixo crescimento e redução da inflação e das taxas de juros.

O grande desafio do país permanece no quesito fiscal, em função de desconfianças com relação à condução da política de gastos, num cenário orçamentário cada vez mais rígido, ainda mais em ano eleitoral. E como viabilizar investimentos públicos em infraestrutura, sendo que do pouco que se tem para aplicação livre em 2026, pelo menos espantosos R\$ 66 bilhões já estarão comprometidos com emendas parlamentares e fundo partidário?

Isso equivale a mais do que o dobro do valor destinado à infraestrutura no orçamento da União, significando que a maior parte do

destino dos recursos está desvinculada dos programas oficiais. Ou seja, o orçamento, que deveria materializar a execução dos programas, acaba sendo uma peça de ficção.

Esse será o maior desafio de agora em diante. E não vai adiantar fazer puxadinhos orçamentários aqui e acolá. O Brasil precisa de ações realmente disruptivas.

No campo político a temperatura vai aumentar e muito, pois, como deveremos ter eleições polarizadas, cada pesquisa de opinião será acompanhada pela volatilidade do câmbio e dos preços dos ativos.



Venilton Tadini

*Presidente-executivo
da ABDIB*



ENTREVISTA: ANDRÉ CLARK

As mudanças climáticas já começaram

Nesta entrevista, o presidente do Conselho de Administração da ABDIB avalia o momento da infraestrutura brasileira e diz que o Brasil está no caminho certo

O Brasil realizou a COP30, que reuniu autoridades mundiais para debater a pauta da sustentabilidade, da redução das emissões de carbono e da transição energética. Como o senhor avalia os resultados da conferência? As posições brasileiras saíram fortalecidas?

As mudanças climáticas já começaram. Os cientistas, inclusive durante a COP30, demonstraram que o cenário de elevação de temperatura já é real no Brasil. Se a mudança climática é importante no mundo, é ainda mais importante no Brasil. O país saiu gigante da COP30, dentro de um ambiente geopolítico belicoso. Demonstrou proficiência e profissionalismo, em negociações duríssimas, inclusive com o encaminhamento da ideia de *'transitioning away from fossil fuels'* e o lançamento da ideia de floresta como um bem de infraestrutura. Essas questões fizeram do Brasil um excelente *broker* de negociação num momento em que o mundo está bastante fracionado. Foi uma COP muito importante, e o Brasil foi muito bem.

O Livro Azul, no final de 2025, mostra a consolidação do ciclo positivo de investimentos em infraestrutura vivido pelo país. O senhor acredita que esse ciclo será duradouro e persistirá nos anos seguintes? O que pode ameaçá-lo?

O Livro Azul indica que centenas de novas concessões serão licitadas em sua maioria nos próximos três anos. O que pode desacelerar esse ciclo é a grande volatilidade da taxa de juros e do câmbio, que pode atrasar um pouco os investimentos. Além disso, é fundamental a contínua maturação dos sistemas regulatórios. Precisamos de agências reguladoras mais



O Brasil colocou na rua um dos maiores programas de concessão e privatização de infraestrutura do mundo, e para isso é essencial que os reguladores sejam robustos.

fortes, independentes e autônomas — como ANEEL, ANTT, ANP, ANA e CVM — para dar robustez ao programa. Hoje, reputo que o maior risco aos programas é a falta de maturidade dos reguladores: liberdade, financiamento, orçamento e redução da influência política nas agências. O Brasil colocou na rua um dos maiores programas de concessão e privatização de infraestrutura do mundo, e para isso é essencial que os reguladores sejam robustos.

As agências reguladoras continuam sob pressão, enfrentando movimentos hostis por parte de setores do Legislativo e do próprio Executivo. Quais podem ser as consequências desse movimento para a economia brasileira?

O que acontecerá caso as agências percam parte de suas atribuições e fiquem ainda mais enfraquecidas?

Há duas consequências importantes. A primeira é alocar capital e fazer infraestrutura no lugar errado, por pura pressão política ou lobby, sem planejamento. Isso é um desperdício. Um exemplo clássico é a energia solar distribuída sem controle, que está desorganizando o sistema elétrico brasileiro. A segunda consequência é a insegurança jurídica. Quando uma concessão é feita, contrato assinado e financiamento levantado, mudar regras de tributação ou regulatórias pode dificultar a viabilidade do projeto e os retornos prometidos aos investidores.

E quanto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA? O senhor acha que houve melhorias em relação ao ano passado? O que deve ser feito para reduzir o problema?

Houve uma reação da sociedade contra as restrições de licenciamento ambiental devido justamente a essa dicotomia. O Brasil fala em economia verde, mas ao mesmo tempo flexibiliza demais o licenciamento, o que não é bom. Não estamos vendo um IBAMA mais forte, organizado, tecnológico e respaldado. A sociedade deveria proteger essa agência, porque o Brasil vive do meio ambiente, da agroindústria, da energia verde e da hidroeleticidade. Portanto, precisamos de um IBAMA forte e legislações bem-feitas para atrair dinheiro verde de qualidade.

Como o senhor avalia a expansão do protecionismo, tanto no mercado de bens e serviços como no mercado de capitais? Como o senhor enxerga esse movimento nos países desenvolvidos e, em especial, como avalia a política tarifária em curso nos Estados Unidos?

O protecionismo ocorre de duas formas que se reforçam mutuamente. A primeira é o protecionismo comercial, quando um país protege seu mercado e sua indústria. A segunda é o

protecionismo de capital, quando os governos exigem que empresas e indivíduos invistam prioritariamente dentro do próprio país. Isso é o que está acontecendo nesse momento. O protecionismo comercial gera inflação, que leva ao aumento da taxa de juros, reduzindo a propensão a investir. Com juros altos, os investidores preferem emprestar dinheiro ao governo a investir em projetos. Esses dois efeitos se potencializam: mais protecionismo gera mais protecionismo e, certamente, menos investimento. Apesar disso, é curioso notar que o Brasil está batendo recordes de investimento estrangeiro direto, porque tem um dos maiores programas de infraestrutura privada do mundo. Quanto à política tarifária dos Estados Unidos, ela é inflacionária e afasta investimentos globalmente. No caso da infraestrutura brasileira, o impacto é menor, porque o Brasil conseguiu redirecionar seus volumes de exportação para outros mercados, utilizando portos e sistemas de escoamento alternativos. Portanto, o efeito tarifário norte-americano sobre a infraestrutura brasileira é secundário.

Houve avanços na política brasileira em relação ao hidrogênio verde, ao crédito de carbono e à transição energética? Acha que o ambiente evoluiu ou regrediu em relação a 2025?

Evoluiu muito. O Brasil publicou a política pública de hidrogênio verde, sendo um dos poucos países do mundo com energia renovável em excesso, em grande quantidade e escala. Esse marco demonstra clareza na política pública brasileira em perseguir modelos verdes de negócio. Também houve avanços com Data Centers. Mas talvez um dos grandes marcos do ano tenha sido a criação do mercado regulado de carbono e a taxonomia brasileira para esses mercados. O ano de 2025 mostrou presença e influência na formulação de políticas públicas e na discussão de novas leis. Foi um ano político acumulado, com altos e baixos, mas a ABDIB buscou servir à sociedade com dados claros, confiáveis e ideias de política pública que atendem ao interesse coletivo.

Sobre a ABDIB

Missão

A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, fundada em 1955 com a missão de:



Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base;



Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base;



Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos;



Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

Associadas

A ABDIB congrega mais de 100 empresas públicas e privadas que participam da estruturação, dos investimentos e da operação dos negócios nos setores de infraestrutura e indústrias de base. As empresas atuam nas áreas de aeroportos, energia elétrica, ferrovias, indústria de base, infraestrutura social, petróleo e gás natural, portos, recursos hídricos, resíduos sólidos, rodovias e saneamento. Entre as associadas há concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços de engenharia e consultoria, escritórios de advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de *private equity*, seguradoras e instituições financeiras.

A entidade guia-se por um Código de Conduta e de Governança Interna aprovado em Assembleia Geral, com adesão obrigatória das empresas associadas. Com base no documento, a ABDIB passou a atuar de forma mais incisiva na orientação sobre normas e condutas éticas nos setores de infraestrutura, enfatizando conceitos e comportamentos que ratifiquem a integridade e conformidade nos negócios, a defesa da concorrência e a livre iniciativa.

Valores



Atuar de forma ética no relacionamento com públicos internos e externos.



Ser transparente, disseminar informações aos associados de forma equânime e informar a sociedade sobre ações e objetivos da associação.



Atender às expectativas das empresas associadas com senso crítico, responsabilidade e em concordância com as normas e leis.



Trabalhar com agilidade, simplicidade e objetividade, maximizando recursos técnicos e humanos com inovação e criatividade.

Canal de Informações e Denúncias

A ABDIB mantém o canal www.abdib.org.br/linha-etica que permite a qualquer cidadão enviar informações sobre fatos que possam ser interpretados como suposta violação à legislação brasileira e às normas descritas no Código de Conduta e no Código de Governança Interna da entidade. Os dados serão tratados com sigilo e diligência.

Estrutura de Governança: Conselhos e Presidência

O Conselho de Administração é composto por 25 integrantes, presidentes de algumas das maiores empresas do país, com a função de estabelecer as diretrizes para as ações e gestão da entidade.

O presidente executivo é responsável pela administração geral e pela execução do plano de ação da ABDIB, com as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração com apoio do Conselho Consultivo e dos comitês.

O Conselho Consultivo é composto por 40 integrantes com a função de assessorar o Conselho de Administração nas diretrizes e

apresentar sugestões para os planos de ação da ABDIB e acompanhar o desenvolvimento das atividades dos comitês.

A ABDIB conta com um Comitê Executivo, cuja função é auxiliar a tomada de decisões e a gestão exercida pelo Conselho de Administração. É formado por sete integrantes: presidente e vice-presidente do Conselho de Administração, presidente executivo e quatro membros indicados pelo presidente do Conselho de Administração para os seguintes assuntos: finanças e auditoria; organização e gestão de pessoas; mudança climática, sustentabilidade e inovação; e assuntos jurídicos e legais.



A INFRAESTRUTURA EM NÚMEROS

Os recordes sucessivos dos investimentos privados em infraestrutura — perspectivas e desafios

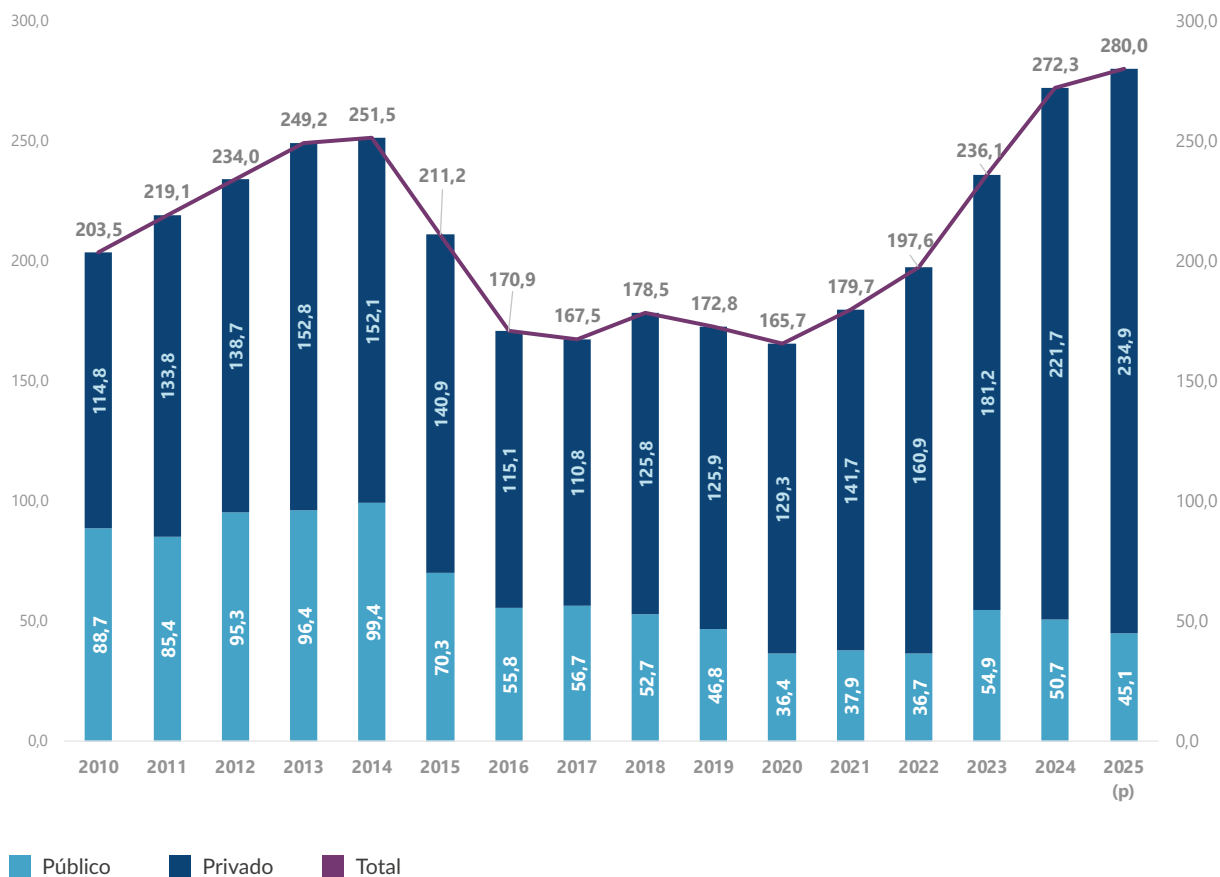
O setor de infraestrutura vive um ciclo virtuoso no Brasil

Em que pesem as elevadas taxas de juros no país, os investimentos em infraestrutura vêm batendo recordes sucessivos. Depois de ter crescido 15,3% em 2024, batendo o recorde de 2014, o investimento em infraestrutura crescerá aproximadamente 3,0% em

2025, atingindo R\$ 280 bilhões. Isso indica um novo recorde, com o setor privado crescendo 6,0 % e o setor público caindo 11,0%. O protagonismo continua sendo do setor privado, com participação de aproximadamente 84% dos investimentos.

Investimentos em Infraestrutura em R\$ bilhões de 2025

Gráfico – Investimento Público e Privado na Infraestrutura (em R\$ bilhões) em valores constantes de 2025



2025 (p) = previsão. Atualizado pelo IPCA no período (até dez 2025). Fonte: ABDIB.

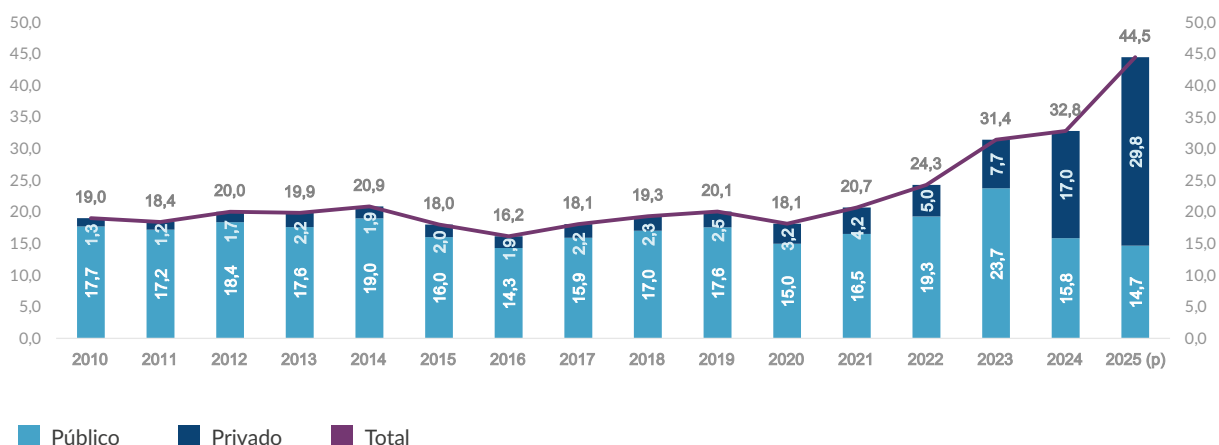
Em 2025, os investimentos em infraestrutura não foram uniformes nos diversos setores. Merecem destaque os investimentos em Saneamento Básico, com crescimento real de 35,7%,

na esteira das concessões/PPPs realizadas recentemente e da expansão dos investimentos da Sabesp, e os em Transporte/Logística, com expansão de 12,7%, conforme gráficos abaixo.

Investimentos nos setores de Saneamento Básico e Transporte/Logística em R\$ bilhões de 2025

Saneamento básico

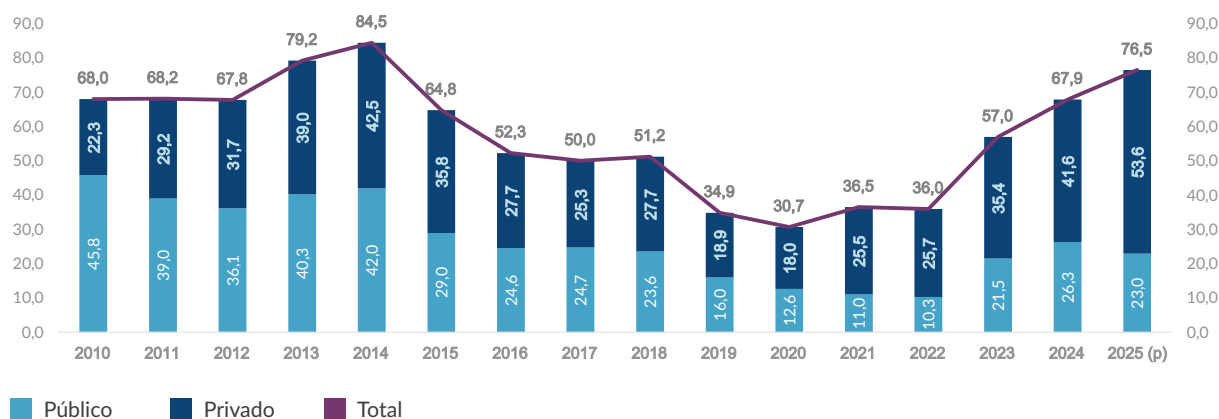
Investimento Público e Privado em Saneamento em valores constantes de 2025 (R\$ bilhões)



2025 (p) = previsão. Atualizado pelo IPCA no período (até dez 2025). Fonte: ABDIB.

Transporte e logística

Investimento Público e Privado em Transporte e Logística em valores constantes de 2025 (R\$ bilhões)



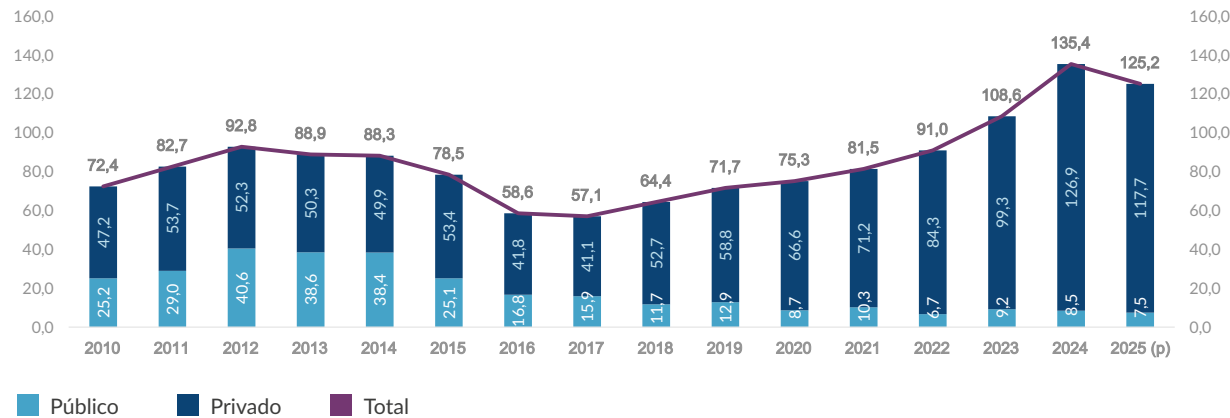
2025 (p) = previsão. Atualizado pelo IPCA no período (até dez 2025). Fonte: ABDIB.

Os investimentos em energia elétrica e telecomunicações, por sua vez, registraram redução de 7,5% e 6,6%, respectivamente. O primeiro,

em função das reduções observadas nos investimentos em geração eólica e solar e o segundo em decorrência das menores necessidades.

Energia elétrica

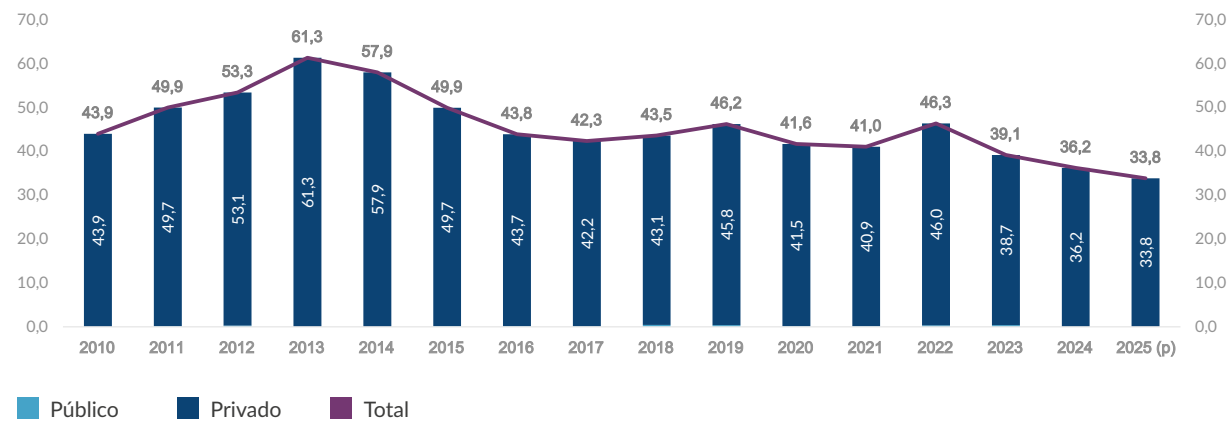
Investimento Público e Privado em Energia Elétrica em valores constantes de 2025 (R\$ bilhões)



2025 (p) = previsão. Atualizado pelo IPCA no período (até dez 2025). Fonte: ABDIB.

Telecomunicações

Investimento Público e Privado em Telecomunicações em valores constantes de 2025 (R\$ bilhões)



2025 (p) = previsão. Atualizado pelo IPCA no período (até dez 2025). Fonte: ABDIB.

Com esse desempenho, houve redução do hiato de investimento em infraestrutura, que a (p) previsão passou de 1,89% do PIB em 2024 para 1,74% do PIB em 2025, considerando os setores de Transporte/Logística e Saneamento. Precisamos mais do que triplicar os investimentos

atuais em Transporte/Logística e aumentar em cerca de 30% os investimentos em Saneamento, e mantê-los por um período de dez anos, para zerarmos o hiato na infraestrutura nesses dois setores, como mostra a tabela a seguir:

Hiato de Investimentos em Infraestrutura - em R\$ bilhões correntes

Setor	Investimento realizado 2025 (p)		Investimento necessário		Hiato Investimentos*	
	R\$ bilhões	Em % PIB	R\$ bilhões	Em % PIB	R\$ bilhões	Em % PIB
Transporte / Logística	76,5	0,61	282,5	2,26	206,0	1,65
Aeroportuário	2,5	0,02	7,5	0,06	5,0	0,04
Aquaviário* *	3,0	0,02	55,0	0,44	52,0	0,42
Ferroviário	15,5	0,12	71,3	0,57	55,8	0,45
Rodoviário	49,5	0,40	95,0	0,76	45,5	0,36
Mobilidade Urbana	6,0	0,05	53,8	0,43	47,8	0,38
Saneamento	44,5	0,36	56,3	0,45	11,8	0,09
Telecomunicações	33,8	0,27	33,8	0,27	-	-
Energia Elétrica	125,2	1,0	125,2	1,0	-	-
Total	280,0	2,24	497,7	3,98	217,8	1,74

* Não considerado hiato em telecomunicações e energia elétrica

** Inclui (Hidroviário + Portuário)

2025 (p) = previsão. Fonte: ABDIB.

Dois são os setores que apresentam hiato de investimento preocupantes: Transporte/Logística e Saneamento Básico. O setor de Saneamento está sendo resolvido, em razão da mudança regulatória e do consequente avanço dos investimentos do setor privado. Já se observa redução significativa no hiato, que passou de 0,18% do PIB em 2024 para 0,09% do PIB em 2025, em função do que já foi transferido ao setor privado nos últimos anos. Em decorrência da quantidade de novos projetos de concessão já em estruturação atualmente pelo BNDES, CAIXA e organismos multilaterais, a universalização deverá ser alcançada na segunda metade dos anos 2030, ultrapassando os prazos estabelecidos no marco regulatório. De qualquer forma, o Brasil está fazendo e fará em alguns anos o que não fez em décadas.

O maior hiato de investimentos está no setor de Transportes/Logística, na casa de 1,65%

do PIB. Não é surpresa que, excetuando-se o setor aeroportuário, que muito já avançou, o hiato de investimentos continua alto em todos os demais subsetores (hidroviário/portuário, ferroviário, rodoviário e mobilidade urbana). E há explicações para isso. Entre elas, a própria diversidade de setores envolvidos e a multiplicidade de entes da Federação, bem como elevado volume de recursos necessários e a crônica falta de recursos nos orçamentos públicos para investimentos, que chegaram a 2,75% do PIB em 2010, devendo alcançar apenas 1,65% do PIB em 2025.

É justamente na falta de investimentos públicos que reside a principal razão para a preocupante redução do estoque de infraestrutura. O estoque de infraestrutura encontra-se na casa de 36% do PIB, bem abaixo das principais economias do mundo. E, acreditem, no início dos anos 80, esse percentual chegou a quase

55% do PIB, na esteira dos investimentos em infraestrutura realizados nos anos 70, que chegaram a 5,4% do PIB. E o mais grave: como os ativos são depreciados a uma taxa estimada entre 1,5% e 2,5% do PIB, os investimentos em infraestrutura precisam crescer mais do que isso, todos os anos, para não sucatearmos nossa infraestrutura já precária.

A questão é que, com a necessidade de equilibrar as contas públicas, o ajuste fiscal sempre recaiu sobre os investimentos, enquanto os orçamentos públicos foram sendo gradativamente capturados por gastos correntes, em especial benefícios assistenciais e previdenciários e recursos destinados às emendas parlamentares sem critérios e priorização de aplicação, desvinculados dos programas de Governo.

A despeito da situação apresentada, há boas notícias vindas do setor privado, cujos investimentos devem continuar impulsionando a economia nos próximos anos. A principal é a elevada quantidade de projetos de concessão e PPPs na área de infraestrutura econômica e social em estruturação no país, como mostrado na edição 2025 do Livro Azul. São 469 novos projetos de origem federal, estadual e municipal nas áreas de Transporte/Logística, Energia, Saneamento Básico e Infra Social (educação, saúde, habitação, parques e outros), envolvendo cerca de R\$ 760 bilhões em novos investimentos.

Outra boa notícia para o setor da infraestrutura está no avanço das negociações no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso), do TCU, que já estão destravando bilhões de reais em investimentos, antes paralisados, seja através de renovação de contratos seja via novas licitações.

Por outro lado, paralelamente às oportunidades, há desafios também superlativos. É preciso melhorar a qualidade dos gastos, com mais investimentos e menos despesas correntes. E

São 469 novos projetos de origem federal, estadual e municipal nas áreas de Transporte/Logística, Energia, Saneamento Básico e Infra Social (educação, saúde, habitação, parques e outros), envolvendo cerca de R\$ 760 bilhões em novos investimentos.

para isto, o caminho passará inexoravelmente pelas desvinculações orçamentárias, pela reavaliação dos programas de incentivos e de desonerações e pela redução das emendas parlamentares que consomem cerca de R\$ 50 bilhões, sem prioridades vinculadas a programas, algo incompreensível diante dos poucos recursos orçamentários destinados para a infraestrutura.

É preciso, ainda, evitar movimentos que retirem a autonomia das agências reguladoras. Elas são um ativo do Estado brasileiro, e devem ter seus orçamentos e quadros técnicos fortalecidos. Também é preciso dotar o IBAMA de estrutura necessária para a execução de seu trabalho e acelerar as mudanças em discussão na legislação do Licenciamento Ambiental.

Em que pese a aprovação de importantes projetos de lei nos últimos dois anos, é preciso avançar com a agenda legislativa da infraestrutura, com destaque para a regulação do setor elétrico, modernização e consolidação das Concessões e Mobilidade Urbana. E, não menos importante, é preciso aprimorar e aprovar o PL 5.719/2023, que autoriza o BNDES a constituir subsidiárias integrais ou controladas e que altera a Lei nº 10.184/2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado

à exportação de bens e serviços nacionais, importante política pública para expandir a produção da nossa construção pesada, e avançar com as discussões em torno do PL 2780/24, que trata da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, importante para os investimentos para a transição energética.

O setor produtivo privado, mesmo conhecendo os desafios, que não são pequenos, está aproveitando as oportunidades de investimentos decorrentes das previsões de elevado crescimento do uso de infraestrutura nos quatro cantos do país, na esteira da maior demanda nacional e internacional por segurança energética, alimentar e social sustentável, num mundo cada vez mais protecionista. É imprescindível evitar, ainda, ações do Poder Executivo

que, no afã de aumentar sua arrecadação, alterem o novo e próspero ciclo de investimentos em infraestrutura que estamos vivendo.

**READ THE ENGLISH VERSION
OF THIS CONTENT AT:**



ENCONTROS ABDIB

Workshops, debates e grandes eventos promovidos pela associação em 2025

ABDIB DISCUTE NOVAS TECNOLOGIAS DE TRANSMISSÃO

A ABDIB, promoveu em 6 de fevereiro, o seminário Novas Tecnologias de Transmissão, realizado pelo Comitê de Transmissão de Energia Elétrica. O encontro, realizado na sede da entidade, em São Paulo, reuniu cerca de cem representantes do setor e pôde ser acompanhado ao vivo pela plataforma Teams. A abertura foi feita pelo presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, que destacou a importância do evento na discussão das soluções que dotarão o país de “uma tecnologia capaz de responder aos desafios de nosso grande Sistema Interligado Nacional”.

Fernando Colli, Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, destacou os esforços no sentido de modernizar um sistema que registrou recorde de carga média ao mesmo tempo em que enfrentou desafios climáticos importantes.

Leonardo Queiroz, da ANEEL, afirmou que o órgão tem tentado trabalhar a questão da inovação com estímulo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

Alexandre Zucarato, diretor do ONS, destacou que “um modelo que durou mais de um século no setor elétrico mundial foi por água abaixo com a incorporação ao sistema de novas tecnologias de geração de eletricidade”. Ele mencionou, ainda, a necessidade de se “desenvolver ferramentas que possam manter o sistema em operação com eficiência”.

Thiago Prado, presidente da EPE, falou das mudanças regulatórias que vêm sendo feitas no país para que as tecnologias que estão sendo desenvolvidas no mundo possam ser adotadas com rapidez pelo Brasil.

Ao final de sua apresentação, Prado passou às mãos do Coordenador do Comitê de Transmissão, Carlos Adolfo Pereira, uma placa da EPE em comemoração aos 70 anos da ABDIB.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

A continuação do seminário contou com um painel que trouxe a visão das empresas de consultoria. A discussão teve início com a participação de Amanda de Oliveira e Ana Carolina Cunha, especialistas da PSR, que falaram sobre Modelos de Planejamento de Transmissão. Elas destacaram a necessidade de uma operação mais eficiente, segura e flexível das redes.

Na sequência, Jovânio Santos, diretor da Thy-mos Energia, falou sobre a Evolução dos Modelos para Incorporação de Novas Tecnologias. Ele destacou a experiência em outras regiões quanto à utilização de determinadas soluções tecnológicas e sua aplicação no sistema de transmissão brasileiro.

A visão das concessionárias do setor foi tratada num dos mais importantes painéis do evento. Os representantes das empresas destacaram os Desafios e Oportunidades frente à utilização de novas tecnologias. As empresas foram representadas por Fernanda Danan, da State Grid, Renato Guimarães, da ISA Energia, Júlio César Alves, da Eletrobras, Paulo Garcia, da TBE, Luís Alves, da Taesa e Filipe Medeiros, da Quantum.

No painel de encerramento, as quatro principais instituições de governança do setor de transmissão apresentaram as conclusões decorrentes dos debates. Pela EPE, falou o

presidente Thiago Prado. Pelo ONS, a superintendente Sumara Duarte; pela Aneel, o superintendente-adjunto Leonardo Queiroz; e pelo Ministério de Minas e Energia, o diretor Guilherme Zanetti.

Como resultado prático do Seminário, será desenvolvida uma agenda setorial, envolvendo todas as instituições e empresas, com as ações necessárias no campo econômico e regulatório, de modo a propiciar um ambiente adequado para inserção de novas soluções tecnológicas.



ABDIB HOMENAGEIA O DEPUTADO ARNALDO JARDIM

O deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SDP) participou, na sede da ABDIB, no dia 17 de março, de uma reunião em que se discutiu o Projeto de Lei 7063, de 2017, de relatoria do deputado, que trata da nova Lei de Concessões e das Parcerias Público Privadas. A entidade apresentou sugestões de aperfeiçoamento para contribuir com o avanço dos investimentos do setor privado na infraestrutura.

Jardim recebeu da vice-presidente do Conselho de Administração da ABDIB, Solange Ribeiro, e do presidente executivo, Venilton Tadini, uma placa que o homenageia pelos serviços prestados à infraestrutura.



ESTHER DWECK FALA SOBRE INOVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO E RECUPERAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

A ministra da Gestão e da Inovação, Esther Dweck, se reuniu no dia 31 de março, com o Conselho de Administração da ABDIB. A ministra detalhou as ações do ministério para melhorar a qualidade da prestação de serviços e modernizar a máquina pública. O encontro foi aberto pelo presidente executivo, Venilton Tadini, que destacou a relevância do trabalho da pasta para recuperar as Agências Reguladoras que atuam no setor de infraestrutura e do Ibama.

O presidente do Conselho de Administração, André Clark, chamou atenção para o fato de todas as Agências estarem subdimensionadas. Ele defendeu, além da reestruturação, uma maior autonomia para as Agências e para os órgãos de certificação ambiental. “Defendemos para as agências a mesma independência do Banco Central”, afirmou.



DIÁLOGOS DA INFRAESTRUTURA

Operações de Securitização -
Lei Complementar 208, de 2 de julho
de 2024.

Em 10 de abril a ABDIB realizou o Diálogos da Infraestrutura para debater as operações de securitização de que trata a Lei Complementar 208, de 2 de julho de 2024, contando com a participação de quatro convidados, sob a coordenação de Hugo Assunção, da Perfin Infraestrutura, coordenador do Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias.

Os convidados, Virgínia Mesquita, sócia do escritório Demarest Advogados, Flávia Palácio, Diretora da ANBIMA, Valdery Albuquerque, consultor, ex-presidente da CAIXA e ex-diretor



do Banco Fator e Andrea Calabi, consultor, ex-Presidente do BNDES e BB e ex-Secretário do Tesouro Nacional e da Fazenda do Estado de São Paulo reforçaram a importância desse instrumento da securitização como fonte de investimentos e de garantias para o setor público em projetos de infraestrutura.

O MAIOR EVENTO DE INFRAESTRUTURA DO BRASIL

O ABDIB Fórum 2025 discute as perspectivas de investimentos e o ambiente regulatório da infraestrutura

O ABDIB FÓRUM 2025 - Infraestrutura: Caminho para o Desenvolvimento Sustentável, o maior evento de infraestrutura do Brasil, reuniu autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, executivos das principais empresas do setor, além de lideranças e especialistas em um conjunto de painéis temáticos para a construção de uma agenda de ações com vistas ao estímulo dos investimentos no setor, fundamental para o aumento da competitividade e retomada do crescimento econômico. Nesta última edição do fórum em Brasília, contou com aproximadamente 1000 participantes.

O evento foi aberto pelo presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, e contou com a participação dos ministros Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Bruno Dantas, Ministro do Tribunal de Contas da União; Esther Dweck, Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Brasil; e Antonio Anastasia, Ministro Tribunal de Contas da União, de nove secretários de Estado, representantes de bancos oficiais assim como, representantes de agências reguladoras.

A programação do fórum além de tratar de questões nacionais — como O Papel das Instituições para a Segurança Jurídica e o Desenvolvimento e os Desafios para o avanço da Infraestrutura —, os debates abordaram, também,



a presença do Brasil na nova ordem econômica mundial a partir das possibilidades abertas por eventos de grande relevância como a reunião do BRICS, que aconteceu em julho, no Rio de Janeiro, e da COP-30, em novembro, em Belém.

AS INFORMAÇÕES
DO EVENTO ESTÃO
DETALHADAS EM:



DANTAS FALA SOBRE O PAPEL DO TCU NA INFRAESTRUTURA

O ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, Bruno Dantas, participou no dia 14 de agosto, da reunião do Conselho de Administração da ABDIB. Em sua apresentação, ele avaliou as ações do TCU voltadas para a infraestrutura. Em especial, do papel da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos – Secex Consenso do TCU nas renegociações e no reequilíbrio dos contratos.

O encontro foi aberto pelo presidente do Conselho de Administração, André Clark, que apontou o papel do TCU e do trabalho do ministro para a evolução da infraestrutura no Brasil. Em especial, da Secex Consenso, no sentido de mediar os acordos e resolver os problemas das concessões de infraestrutura.

DIÁLOGO SOBRE SEGURO GARANTIA

O Novo Seguro Garantia com Cláusula de Retomada foi o tema do evento Diálogos da Infraestrutura, no dia 14 de agosto. O debate, coordenado pelo diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, que reuniu cerca de 70 pessoas na sede da entidade e contou com a participação da Confederação Nacional de Empresas de Seguros Gerais – CNSeg, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do governo do Mato Grosso.

Em sua apresentação, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, reforçou a importância do tema como mecanismo adicional para conferir maior segurança aos investimentos em infraestrutura. “O setor de infraestrutura demanda bilhões em investimentos, com oportunidades para o setor privado e público”, afirmou. “Construir mecanismos de proteção como o seguro garantia com cláusula de retomada é fundamental para que os investimentos públicos aconteçam e que as obras sejam entregues à sociedade”.

VISITA AO IPT

O Comitê de Inovação da ABDIB organizou no dia 9 de setembro, uma visita ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Recebida pelo presidente, Anderson Correa, e pelo diretor de Ambientes Inovadores e Inteligência de Mercado, Levi Pompermayer Machado, a equipe da ABDIB contou com a participação do Coordenador do Comitê de Inovação, Maurício Endo, do diretor de Comitês José Maria de Paula Garcia, do diretor Administrativo e Financeiro, Nivaldo Tetti e de vários representantes de empresas associadas.

Em sua apresentação, Pompermayer fez um breve resumo da trajetória do Instituto, que foi criado há 126 anos. Hoje ele conta com uma equipe qualificada de cerca de mil



colaboradores é dispõe de um orçamento anual da ordem de R\$ 300 milhões – 39% provenientes do governo de São Paulo. O restante é originário de projetos desenvolvidos em parceria com empresas privadas.

DEBATE SOBRE DESCARBONIZAÇÃO EM BRASÍLIA

A ABDIB realizou no dia 10 de setembro, em Brasília, em parceria com o portal Poder360 e o Movimento da Infraestrutura — MoveInfra, o seminário “Logística verde para impulsionar um país mais competitivo e descarbonizado”. O encontro discutiu a possibilidade de o Brasil tornar a infraestrutura uma aliada da reindustrialização e da descarbonização. Também se tratou do papel decisivo das ferrovias para a competitividade e da transição da matriz de transporte. Finalmente, foram abordadas a relevância do gás natural e do biometano para

descarbonização da frota pesada e a importância de se integrar soluções de transporte para impulsionar uma economia competitiva de baixo carbono.

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, abriu o seminário com palestra em que abordou “A reindustrialização na economia de baixo carbono”. Segundo Tadini, as mudanças climáticas, a transição energética e a reorganização das cadeias globais de valor precisam orientar o planejamento estratégico do país.

ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA

A ABDIB realizou no dia 11 de setembro o workshop “Escassez de Mão de Obra Direta no Setor de Infraestrutura”. Promovido pelo Comitê de Construção Pesada, o encontro, em formato virtual, reuniu representantes de empresas, entidades e especialistas em Recursos Humanos que debateram os desafios e soluções relacionados à formação e retenção de profissionais qualificados, essenciais para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

Sylvia Lorena, Superintendente da CNI, destacou que a escassez de mão de obra já é realidade e tem impactos diretos na produtividade do setor. Segundo dados da CNI, 22,4% das empresas industriais relatam dificuldades de contratação, enquanto levantamento da Câmara Brasileira da Indústria da Construção indica que 90% das construtoras enfrentam problemas para contratar trabalhadores qualificados.

AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA COP30

Em reunião on-line no dia 18 de novembro, a ABDIB atualizou para os associados a participação da entidade na COP30 e os avanços das discussões em Belém. O presidente executivo Venilton Tadini destacou o trabalho estruturado desenvolvido ao longo do ano — com quatro eixos temáticos. A intenção é reforçar o papel da entidade em levar propostas concretas para infraestrutura sustentável, transição energética e cidades resilientes.

A advogada Maria João Rolim, integrante do Conselho de Administração da ABDIB, fez um breve relato sobre sua participação em mais

de dez painéis da COP30. Ela ressaltou que a infraestrutura tem sido tratada como base para metas climáticas e desenvolvimento, e relatou a ampla circulação do material produzido pela ABDIB entre autoridades brasileiras e internacionais.

Participaram dos debates o recém-nomeado subsecretário do Ministério da Fazenda, Thiago Barral; Henrique Paiva, diretor de sustentabilidade da Siemens Energy e Ana Paula Hauffe, gerente de Relações Institucionais da WEG.

ABDIB EXPERIENCE

As discussões no evento comprovam o ciclo virtuoso da infraestrutura brasileira

O presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, abriu em 26 de novembro, o ABDIB Experience — evento que marcou o lançamento da edição de 2025 do Livro Azul da Infraestrutura. Em sua apresentação, Clark chamou atenção para o momento positivo dos investimentos nos diferentes setores da infraestrutura. De acordo com a publicação, o atual ciclo de investimentos deve garantir a injeção de R\$ 400 bilhões em obras até 2030. Ele destacou, ainda, a necessidade de o país retomar os investimentos públicos no setor.

O segundo dia de debates foi aberto pelo presidente do BNDES, Aloízio Mercadante. Em vídeo gravado, destacou a parceria entre a ABDIB e o banco de fomento. Mercadante ressaltou o papel da entidade na defesa do banco e mostrou a importância da ABDIB e do Livro Azul para o fortalecimento da infraestrutura e da indústria de base.

O ABDIB Experience 2025 contou com a participação de autoridades, executivos, e entidades ligadas ao setor. O encontro abordou temas centrais para o futuro da infraestrutura no Brasil como segurança jurídica, regulação, financiamento, transição energética, transporte e logística, saneamento e resíduos sólidos. Durante a apresentação do Livro Azul 2025 foram divulgados os



dados atualizados dos projetos em estruturação, nos âmbitos federal, municipal e estadual. Atualmente são 469 projetos, que totalizam cerca de R\$ 757 bilhões em investimentos previstos para serem licitados para a iniciativa privada, sendo R\$ 327 bilhões destinados a projetos federais e os outros R\$ 430 bilhões, para iniciativas estaduais e municipais.

UTILIZE O QR CODE PARA CONFERIR OS DETALHES DO EVENTO E ACESSAR O LIVRO AZUL DA INFRAESTRUTURA.



MILTON CARVALHO GOMES RECEBE HOMENAGEM DA ABDIB

O Secretário Adjunto de Infraestrutura da Casa Civil da Presidência da República, Milton Carvalho Gomes, foi homenageado pelo Comitê de Rodovias da ABDIB, em reunião realizada no dia 28 de novembro, por sua atuação à frente da Procuradoria Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Gomes recebeu da ABDIB uma placa de agradecimento

por seu trabalho. De acordo com o coordenador do Comitê, Gustavo Barreto, a atuação de Carvalho à frente da procuradoria foi marcada por vários exemplos de participação e liderança voltadas para a solução de pendências. “Carvalho é um pioneiro na busca de consenso na administração pública brasileira”, disse Barreto.

ASSOCIADAS RECONHECIDAS NO VALOR INOVAÇÃO 2025

A ABDIB realizou dia 1 de dezembro mais uma edição do Infratech Day, reunindo suas associadas para compartilhar práticas, soluções e resultados que levaram ao reconhecimento no Prêmio Valor Inovação 2025.

A abertura do encontro foi conduzida pelo presidente executivo Venilton Tadini, pelo diretor de Planejamento e Economia Roberto Guimarães – que destacou a relevância da inovação para a competitividade do setor e o aumento dos investimentos em pesquisa

e desenvolvimento no país – e por Mauricio Endo, coordenador do Comitê de Inovação, que reforçou o propósito do evento: dar visibilidade às iniciativas inovadoras que geram eficiência, novos modelos e valor para a infraestrutura brasileira.

Em seguida, Vinicius Scarpa, CEO da Inventta, apresentou a palestra “O Futuro da Gestão da Inovação”, trazendo tendências, desafios e percepções sobre a maturidade dos programas de inovação no Brasil.

Na sequência, as associadas compartilharam os projetos premiados:

- Barbosa Mello – O uso da construção digital na execução de projetos;
- CPFL Energia – DAP – Dispositivo Anti-Pouso;
- ISA Energia – Tecnologia FACTS M-SSSC: primeira aplicação no país;
- Norte Energia – Sistema Inteligente Multimodal da Amazônia (SIMA);
- TAESA – Programa de Inovação Corporativo – Taesa Ventures;
- VLI Logística – Jornada do Cliente – Dados e Processos Estruturados no CRM;
- Aegea – AegeaHub – Hub de Inovação do Saneamento e BRK Ambiental – IA para Redução Estrutural das Perdas;
- Vale – Inovação como alavanca de transformação e crescimento.



COMITÊS



COMITÊS

Apresentação

A ABDIB, por meio de seus comitês setoriais e matriciais, é o principal centro de debates e de inteligência em infraestrutura do país

As próximas páginas contêm um resumo dos principais temas tratados pelos comitês da ABDIB ao longo de 2025. Divididos em dois blocos — o primeiro sobre os Comitês Matriciais e o segundo, sobre os Comitês Setoriais — os textos convergem para a confirmação do novo ciclo de expansão da infraestrutura brasileira e apontam a necessidade de resolver pontos importantes para consolidar esse ciclo. Entre esses pontos estão a necessidade permanente de aperfeiçoamento do ambiente regulatório e a busca da segurança jurídica. Também é destacada a necessidade de fortalecimento dos órgãos de regulação e controle, como é o caso das agências reguladoras e do IBAMA.

COMITÊS MATRICIAIS

- 1 [Comitê Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias](#)
- 2 [Comitê Legal e Tributário](#)
- 3 [Comitê Sustentabilidade e Transição Energética](#)
- 4 [Comitê Inovação](#)
- 5 [Comitê Diversidade e Inclusão](#)

COMITÊS SETORIAIS

- 1 [Comitê Estratégico do Setor Elétrico](#)
- 2 [Comitê Transmissão](#)
- 3 [Comitê Iluminação pública e cidades inteligentes](#)
- 4 [Comitê Geração](#)
- 5 [Comitê Rodovias](#)
- 6 [Comitê Ferrovias](#)
- 7 [Comitê Portos](#)
- 8 [Comitê Aeroportos](#)
- 9 [Comitê Mobilidade Urbana](#)
- 10 [Comitê de Indústria e Relações Internacionais](#)
- 11 [Comitê Recursos Hídricos e Saneamento Básico](#)
- 12 [Comitê Resíduos Sólidos](#)
- 13 [Comitê Infraestrutura Social](#)
- 14 [Comitê Construção Pesada](#)

COMITÊS MATRICIAIS

FINANCIAMENTO, FUNDOS, RISCOS E GARANTIAS

O novo padrão de financiamento da infraestrutura

Pela primeira vez na história, o Brasil conta com o Mercado de Capitais no financiamento de um ciclo de desenvolvimento

A expansão das fontes de recursos, a qualidade da estruturação dos projetos e a ampliação do sistema de garantias tiveram destaque entre as preocupações do Comitê ao longo do ano. O Comitê recebeu o Secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, que apresentou o Programa Ecoinvest Brasil, que conta com incentivos no âmbito de 4 sublinhas de crédito: Blended Finance, Liquidez Cambial, Proteção Cambial e Estruturação de Projetos. Em 2025 foram realizados três leilões exitosos na atração de instituições financeiras interessadas na alavancagem de recursos.

Conforme observou o presidente executivo Venilton Tadini, na abertura das discussões, que foi mediada pelo coordenador do Comitê, Hugo Assunção, esta é a primeira vez que o país, em meio a um ciclo de expansão dos investimentos, se preocupa com a garantia cambial nos contratos de captação de recursos externos.

Em outra oportunidade, a diretora de Infraestrutura e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa, destacou o esforço para a expansão da carteira de crédito do banco com a adoção de mecanismos de financiamento mais ágeis e modernos. Foi, ainda, discutida a importância do seguro garantia para *Project Finance* e foi sugerido pela Diretora Luciana Costa a criação de Grupo de Trabalho com representantes da ABDIB e do BNDES. A reunião contou com a participação do presidente do Conselho



de Administração André Clark, e membros dos Comitês de Aeroportos, Ferrovias, Mobilidade Urbana, Portos, Resíduos Sólidos, Rodovias, Saneamento e Transmissão.

Na sequência dos trabalhos do Grupo, em reunião posterior, o superintendente de Infraestrutura do BNDES, Felipe Borim, detalhou os novos instrumentos de financiamento à infraestrutura oferecidos pelo banco. O primeiro prevê taxas de liberação alinhadas com as condições de mercado. O segundo, a possibilidade de utilizar parcelas do financiamento com autorização prévia para cancelamento e emissão de nova dívida. Em seguida, há empréstimos com prazo de até cinco anos, com garantia de subscrição de debênture no vencimento. E, finalmente, a regulamentação da prestação de serviço de coordenação com garantia de longo prazo em ofertas de renda fixa.

A ABDIB observa, conforme aponta o presidente executivo Venilton Tadini, que está em curso no Brasil um ciclo de desenvolvimento que conta com um padrão de financiamento distinto dos anteriores. No passado, os recursos disponíveis eram provenientes de financiamentos externos e/ou do BNDES/Tesouro Nacional. No ciclo atual, passou-se a contar, também, com recursos do Mercado de Capitais, como as debêntures incentivadas e de infraestrutura.

LEGAL E TRIBUTÁRIO

As mudanças fiscais que interferem nos contratos em vigor

As mudanças tributárias que estão em curso exigirão agilidade no reequilíbrio dos contratos

Entre os temas destacados pelo Comitê como prioritários para o debate e a atuação da ABDIB ao longo do ano tiveram destaque: as mudanças tributárias que interferem no custo de projetos em execução ou que podem ter efeitos significativos para projetos futuros e seus acionistas, afetando a decisão de investir em projetos de infraestrutura. Durante o ano, atuamos como uma das vozes da infraestrutura

no encaminhamento de subsídios para a regulamentação da Reforma Tributária. Tivemos uma atuação destacada na defesa dos incentivos fiscais relativos às debêntures incentivadas fundamentais ao financiamento dos projetos de infraestrutura, que foram ameaçados pela MP nº 1.303.

Atuamos de forma propositiva na retomada da discussão do projeto de lei que altera a Lei de Concessões e a Lei de PPPs, ainda sem conclusão. A ABDIB apresentou contribuições ao projeto, buscando reformular dispositivos que poderiam ter efeitos deletérios sobre o setor, ao mesmo tempo que fez questão de registrar os pontos positivos do PL 7063/2017.

Foi dado prosseguimento ao acompanhamento das propostas de mudança regulatória no setor de ferrovias, considerando a proposta da ANTT de criar um novo regimento para o setor ferroviário, bem como às propostas de limitação das competências das agências reguladoras, que mais uma vez voltaram o debate público a partir da propositura da PEC 42/2024 e sua adesão por parlamentares e o acompanhamento de reformulação das regras de licenciamento ambiental e das discussões suscitadas neste processo.

Durante o ano, atuamos como uma das vozes da infraestrutura no encaminhamento de subsídios para a regulamentação da Reforma Tributária.



SUSTENTABILIDADE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Os desafios da agenda climática

É preciso reforçar o papel da entidade como referência no apoio aos investidores em infraestrutura

Em 2025, o Comitê de Transição Energética alterou a sua coordenação, passando a ter como coordenador Marcio Zapater, da Promon Engenharia, em substituição a Antonio Bardella.

Para melhor contribuir para o posicionamento da ABDIB em relação ao tema da COP30, amplo e de suma importância e cujo encontro seria realizado em Belém/PA, formou-se uma gestão conjunta entre os Comitês de Sustentabilidade e de Transição Energética, composta pelos respectivos coordenadores e subcoordenadores. Sob a coordenação geral de Maria João Rolim, a ABDIB, enfatizando os eixos

temáticos priorizados pela Agenda de Ação da COP30, apresentou ampla análise dos quatro setores chave que reúnem elevado potencial de contribuição para a pauta climática: Energia, Saneamento Ambiental, Transportes e Cidades Resilientes e Florestas.

O posicionamento da ABDIB e de seus associados na COP-30 tem como objetivo reforçar a posição da entidade como referência no apoio aos investidores nacionais e internacionais em infraestrutura, reforçando os desafios trazidos pelas mudanças climáticas e o papel crucial da Infraestrutura na agenda climática.

O documento elaborado pela ABDIB contou com a impressão do sumário executivo em português e inglês. A versão completa e os respectivos sumários podem ser acessados por meio do QR Code.



INOVAÇÃO

Ecossistema de apoio à descarbonização

A parceria com o IPT reforça o compromisso da entidade com a busca de ações concretas contra as emissões de carbono

Entre as ações em pauta no Comitê em 2025, além da realização do InfratechDay chamaram atenção as iniciativas voltadas para a aproximação com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas — instituição pública centenária, vinculada ao governo do Estado de São Paulo, dedicada à pesquisa e à aplicação de recursos inovadores em diversos setores da sociedade. Conforme o coordenador do Comitê, Maurício Endo, trata-se de uma parceria que envolve temas transversais, do interesse de toda entidade.

Dois momentos tiveram destaque nessa aproximação. O primeiro foi a visita à ABDIB dos

pesquisadores Cláudia Teixeira e João Carlos Cordeiro, que apresentaram seus projetos que dão a dimensão dos trabalhos sob a responsabilidade do IPT.

O presidente do IPT, Anderson Correia, destacou que o papel do instituto é atuar de forma proativa em pesquisas de médio e longo prazo, mesmo quando a viabilidade de novas tecnologias, como o hidrogênio, ainda é incerta. Semanas depois, diretores e associados da ABDIB visitaram a sede do IPT em São Paulo.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Compromisso com a agenda positiva da inclusão

O tema da diversidade saiu da agenda de sensibilização e entrou na agenda da gestão

Em 2025, Milena Giglioti, da Santos Brasil, assumiu a coordenação do Comitê em substituição a Sérgio Garcia, da Arteris. Ao longo do ano, houve especial atenção às iniciativas e experiências inovadoras de empresas associadas no campo da inclusão e da diversidade.

A coordenadora adjunta, Cintia Torquetto apresentou em reunião do Comitê os resultados do segundo Censo de Diversidade e Inclusão 2025, destacando os avanços da pauta nas empresas. O aumento das metas, o fortalecimento da liderança comprometida e a

expansão do letramento corporativo marcam a nova fase — menos declaratória e mais estruturante — para a inclusão do tema no setor de infraestrutura.

Houve uma evolução clara da fase de intenção para a fase de estruturação. Em 2025, quase 8 em cada 10 empresas já possuem programa formal de diversidade — reflexo da consolidação do tema na governança corporativa. Tanto no censo de 2023, como no censo de 2025 ainda persistem desafios para o andamento da agenda.

CAMPANHA AGOSTO LILÁS – VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Os casos de violência contra a mulher e a forma de combatê-los foram discutidos pela gerente de Recursos Humanos da Ecorodovias, Cristiano Neiva, que compartilhou com o Comitê as campanhas Agosto Lilás e Assédio Pare. De acordo com a profissional, o movimento busca combater todas as formas de assédio — moral, sexual, racial e de gênero — nas doze concessionárias do grupo. O foco principal são as equipes de atendimento ao usuário que, pela natureza do trabalho, estão mais expostas a esse tipo de agressão. A empresa implantou protocolos padronizados de



atendimento, capacitou lideranças e estruturou procedimentos para garantir apoio adequado a colaboradores que enfrentam essas situações. A campanha também conta com o engajamento de outras concessionárias rodoviárias.

COMITÊS SETORIAIS

ESTRATÉGICO DO SETOR ELÉTRICO

É preciso garantir a continuidade dos investimentos

A abertura gradual, organizada e sustentável do mercado para os consumidores de baixa tensão

Os avanços das propostas do governo sobre a modernização do Setor Elétrico estiveram na pauta do Comitê ao longo do ano. Conforme observou o coordenador Luís Falcone, o objetivo da ABDIB é garantir o desenvolvimento do setor e, ao mesmo tempo, assegurar o respeito aos contratos vigentes. A MP 1.300, de 2025 (convertida na Lei 15.235 de 2025) e a MP 1304, de 2025 (convertida na Lei 15.269, de 2025) estabeleceram mudanças regulatórias para o setor, merecendo uma manifestação especial.

O Comitê considera positiva a abertura do mercado para os consumidores de baixa tensão, que deve ser gradual, organizada e sustentável, para que o processo de implantação da nova regulamentação se dê de forma sustentável.

Além da abertura do mercado, o Comitê destacou dentre outros pontos relevantes o tratamento dos subsídios, da geração distribuída, do desconto no fio, novas modalidades tarifárias, e da repactuação do risco hidrológico, da autoprodução e do *curtailment*. Temas esses que mobilizaram a atenção da ABDIB.

Ainda, a MP 1.307, de 2025, relativa a Data Centers e expansão da geração por fontes renováveis mereceu atenção. Nos debates em torno do assunto, Fabio Silva Marques ressaltou a importância de revisar a estrutura tarifária e os subsídios, de forma a garantir sinais de preço adequados e eficiência para o sistema. Outro ponto destacado foi o potencial de integração internacional do sistema elétrico brasileiro, com projetos em curso que visam a interligação com a Bolívia e o Cone Sul.

Adicionalmente, discutiu-se a Portaria MME nº 11 de 2025 que abordou os procedimentos, critérios e metas para a implantação dos medidores inteligentes e a digitalização das redes de distribuição.

O Comitê considera positiva a abertura do mercado para os consumidores de baixa tensão, que deve ser gradual, organizada e sustentável.



TRANSMISSÃO

A necessidade permanente de modernização

Com um sistema de distribuição moderno e robusto, o Brasil precisa continuar investindo para ampliar a resiliência e evitar os gargalos



O seminário Novas Tecnologias da Transmissão, realizado no início do ano pela ABDIB, rendeu frutos e gerou debates importantes no Comitê. O coordenador Carlos Adolfo Pereira enfatizou a necessidade da adoção de novas tecnologias neste momento em que a operação do sistema se torna mais imprevisível a partir da entrada em cena de novas usinas geradoras movidas por fontes renováveis intermitentes, bem como devido a ocorrência de eventos climáticos extremos. Dessa forma a aplicação de tecnologias mais atuais e amplamente utilizadas em outros países (HVDC, soluções VSC, FACTS, digitalização e BESS) são as soluções candidatas que passam a ser consideradas como alternativas de solução frente aos estudos de planejamento desenvolvidos pela EPE.

Outro aspecto importante para a modernização e para o fortalecimento do sistema é a interconexão com países vizinhos da América do Sul. A apresentação do tema foi feita pelo engenheiro Túlio Marcus Machado Alves, diretor executivo da Comissão de Integração Energética Regional — CIER. A reunião debateu a integração energética entre os países sul-americanos por meio de interligações entre os sistemas de transmissão. O plano de interligação com a Bolívia se destaca como uma das primeiras iniciativas, que deverá entrar em operação ao longo dos próximos anos, fazendo uso da tecnologia de VSC propugnada pela ABDIB.

Também foram discutidos, nas reuniões seguintes, temas como a agenda de trabalho do Operador Nacional do Sistema Elétrico — ONS, entre os quais se destacam a questão da Plataforma Única para liquidação dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão — EUST e a questão do rígido controle de inadimplência dos pagamentos pelos usuários da transmissão, além das perspectivas de novos investimentos no setor, sob a ótica do Ministério das Minas e Energia, com destaque para a implantação de um novo link de corrente contínua HVDC entre as regiões Nordeste e Sudeste, para ampliação do intercâmbio de energia renovável, bem como de nova interligação para suprimento dos Estados do Amazonas e Roraima.

Ressalte-se ainda a constituição de Grupo Técnico Temático Setorial, que conta com a participação da ABDIB, ABRATE, MME e diversos organismos de segurança do governo federal, com objetivo de aumentar a segurança das instalações de transmissão.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E CIDADES INTELIGENTES

O aperfeiçoamento da modelagem dos projetos

A iluminação pública avança com a possibilidade de consórcios municipais e a inclusão de novas tecnologias nos projetos

O Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Eduardo Tavares, apresentou o Atlas de Territórios Brasileiros para Parcerias Público-Privadas de Cidades Inteligentes. Elaborado em parceria com o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades, IPGC, o documento aponta o caminho para se colocar os arranjos municipais para viabilizar a modelagem dos projetos de cidades inteligentes.

O setor de Iluminação Pública tem registrado avanços significativos. Samantha de Castro Schuber, da Caixa, informou que o portfólio

do banco público contava, no início do ano, com 56 projetos em estruturação, nos mais diversos setores. Em relação à Iluminação Pública, a Caixa trabalhava àquela altura na estruturação de 23 projetos, com 30 outros já leiloados.

Há questões importantes a serem enfrentadas. Yuri Giustina, diretor de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Ministério das Cidades, apresentou o documento elaborado pela Secretaria com diretrizes técnicas e institucionais para orientar os agentes estruturadores na modelagem de projetos de PPP voltados à transformação digital urbana. A ABDIB e a ABCIP conduziram reuniões com o Ministério das Cidades e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal – SPPI para propor aperfeiçoamentos ao documento, visão ao desenvolvimento das cidades inteligentes através de contratos de PPP.

Daniella Ambrosi da Marsh coordenou um grupo de trabalho que produziu propostas concretas para aperfeiçoar a modelagem contratual de contratação de seguros em PPPs de Iluminação Pública.

Em relação à Iluminação Pública, a Caixa trabalhava àquela altura na estruturação de 23 projetos, com 30 outros já leiloados.



GERAÇÃO

A capacidade da indústria nacional

O Papel das Hidrelétricas na Transição Energética

A principal preocupação dos integrantes do Comitê em 2025, foi com a capacidade da indústria nacional em fornecer os equipamentos necessários para a expansão e modernização do sistema. Em outubro, a ABDIB após consulta realizada a diversos fabricantes tradicionais de equipamentos eletromecânicos para Usinas Hidrelétricas atuantes no Brasil, constatou que a indústria nacional dispõe de plena capacidade de fornecimento de equipamentos e serviços necessários ao atendimento do produto hidrelétrico para participar de

hidrelétricas no leilão de reserva de capacidades em 2026 (LRCAP).

A matriz elétrica brasileira está fundada em usinas hidrelétricas – UHE e existe um grande potencial para o sistema de armazenamento de baterias e de Usinas Hidrelétricas Reversíveis – UHR. O mais tradicional e eficiente recurso de armazenamento é a energia armazenada nos reservatórios, por ser uma tecnologia madura e consagrada mundialmente e de grande importância na descarbonização.

RODOVIAS

Estradas mais modernas e sustentáveis

Com os leilões realizados em 2025 e os previstos para 2026, as rodovias do país avançam em modernização por meio da participação privada

Atendendo aos pedidos do setor por maior previsibilidade no cronograma de concessões, Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário, e Fernanda Penteado, diretora do Departamento de Outorgas Rodoviárias, apresentaram no início do ano o *pipeline* de concessões para 2025. A meta apresentada era levar a leilão 15 trechos rodoviários, totalizando mais de 6.800 quilômetros, com Capex estimado em R\$ 74 bilhões. Outro ponto estratégico, dentro do Ministério dos Transportes, foi o Plano Nacional de Logística 2050, apresentado ao Comitê pela Subsecretária de Planejamento e Fomento do Ministério dos Transportes, Gabriela Avelino.

No âmbito das agências reguladoras, no primeiro semestre, tivemos uma apresentação da ANTT. A agência fiscalizava 29 contratos de concessão, somando 14.258 quilômetros. A previsão para 2025 era chegar a 33 contratos,

conforme destacou Fernando Bezerra, Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, ao apresentar a agenda da superintendência para os próximos anos. A agência finalizou o ano com 31 contratos vigentes.

Nesse contexto, ganha relevância o fortalecimento dos órgãos reguladores e de controle, tanto na União quanto nos Estados. Roger Pêgas, Superintendente de Rodovias da ARTESP, apresentou a nova estrutura de governança da agência, que se prepara para atuar junto às concessionárias em um volume expressivo de investimentos.

Por fim, destacam-se as iniciativas da ARTESP para ampliar a participação do setor privado nos processos de licitação e a criação da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig).

ASFALTO ECOLÓGICO

A associada Greca Asfaltos, por meio do engenheiro Wander Omena, defendeu as vantagens do asfalto borracha para a cobertura dos pisos das rodovias. O produto é obtido a partir da trituração de pneus usados. O pó dos pneus dá origem ao Ecoflex, produto mais durável do que o asfalto convencional, hoje utilizado. O produto atende a demanda crescente por produtos mais sustentáveis nos projetos rodoviários. O produto vem sendo utilizado nos Estados de São Paulo e em Minas Gerais, trazendo importantes ganhos para o meio ambiente.



FERROVIAS

Mais trilhos e mais recursos públicos

O modal ferroviário se esforça para ampliar a participação na matriz de transportes

A cobrança de IPTU sobre os bens públicos administrados pelas concessionárias de serviços de infraestrutura, que foi tema frequente nas reuniões do Comitê em 2024, voltou à pauta no início de 2025 — com a recomendação de que a ABDIB trabalhe junto ao STF no sentido de argumentar contra a cobrança desse imposto que pode inviabilizar a concessão dos serviços e impactar os investimentos do setor.

Discutida pelo Comitê, a revisão regulatória do setor, conforme destacou o superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Alessandro Baumgartner, prevê a revisão em cinco normas — a começar pela que disciplina os direitos e garantias aos usuários e serviço adequado.

Outro tema de debates foi o das revisões antecipadas dos contratos de concessão, com destaque para a necessidade de diálogo permanente com o poder concedente para acelerar o andamento das antecipações.

Ao longo do ano, o Comitê tratou de outros temas relevantes, como a Reforma Regulatória proposta pela ANTT para o setor ferroviário. Davi Barreto, coordenador adjunto do Comitê e presidente da ANTF, afirmou que o desafio do Regulamento de Serviços e Segurança Ferroviária é tornar os trilhos mais competitivos por meio da desburocratização e da redução dos custos logísticos.

PORTOS

Por uma melhor governança dos portos

Normas mais modernas de contratação e mais segurança jurídica estimularão a competitividade do setor portuário

As atividades do Comitê em 2025 focaram nas melhorias regulatórias já inicialmente discutidas em 2024, especificamente no tocante à governança do setor portuário. O Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos, Alex Sandro Ávila, apresentou ao Comitê os planos do Ministério para 2025. A pauta também previa a concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, com leilão previsto para agosto de 2025, e o canal de acesso no Porto de Santos, com previsão de leilão para dezembro de 2025. Os planos do Ministério estimaram, entre 2025 e 2026, a licitação de 41 empreendimentos, com destaque para o Terminal de Contêineres – Tecon – 10, no Porto de Santos.

O aprimoramento do Marco Legal do Setor Portuário, previsto no Projeto de Lei 733/2025, foi discutido em reunião conjunta com o Comitê de Recursos Hídricos. As mudanças sugeridas visam aprimorar a governança, a eficiência das relações de contratação, a segurança jurídica e a competitividade do setor. José Augusto de Castro, coordenador adjunto do comitê, avalia que o PL trouxe importantes avanços, especialmente em relação à governança. Há pontos polêmicos no PL, especialmente em relação às relações de trabalho, que modificam pontos essenciais, como o fim da exclusividade dos OGMOs no fornecimento de mão de obra em portos públicos, além da questão da autorregulação, que gera preocupações por parte do governo e da ANTAQ. O Comitê pretende dar contribuição às discussões do PL, em especial a questão da vinculação das concessões ao EV-TEA originalmente aprovado, o que engessa substancialmente investimentos importantes no setor.



Os planos do Ministério estimaram, entre 2025 e 2026, a licitação de 41 empreendimentos, com destaque para o Terminal de Contêineres – Tecon – 10, no Porto de Santos.

AEROPORTOS

A luta pela a redução de custos

Com a concessão de terminais regionais, o setor aeroportuário avança rumo à consolidação da participação privada

Com os aeroportos das capitais concedidos em quase sua totalidade, o Comitê aprofundou as discussões voltadas para o aprimoramento do sistema aeroportuário, a correção dos problemas verificados em contratos em andamento e a necessária evolução dos terminais destinados à aviação regional. Um dos temas tratados foi o das repactuações e relicitações de concessões aeroportuárias a partir do trabalho da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos do Tribunal de Contas da União — Secex Consenso. De acordo com o responsável pelo órgão, Nicola Khoury, as soluções consensuais mediadas pelo TCU comprovam que o caminho do diálogo favorece o interesse público.

Segundo Dany Oliveira, ex-executivo da IATA no Brasil, a recuperação pós-pandemia expôs os desafios estruturais que limitam o potencial da aviação comercial brasileira, como os custos operacionais elevados e a volatilidade econômica.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), Juliano Noman, apresentou ao Comitê os mais recentes dados do setor e mencionou um tema que preocupa o setor, que é a proposta legislativa de restringir a cobrança separada de bagagens.

A discussão sobre o uso de SAF no Brasil avançou em 2025. De um lado teve início a produção deste combustível no país, mas, por outro, a COP30 não chegou a consenso para estabelecer percentuais e prazos para uso mandatório na aviação mundial.

Outro tema debatido foi o Programa Ampliar, tratado por representantes da Agência Nacional

de Aviação Civil — ANAC e da Secretaria de Aviação Civil — SAC, do Ministério dos Portos e Aeroportos. De acordo com Tiago Sousa Pereira, diretor da ANAC, “o objetivo do Programa Ampliar é trazer investimentos privados para a aviação regional”. Foram selecionados 101 aeroportos, sendo 88 aeroportos existentes e outros 13 que precisarão ser implantados do zero. A primeira rodada contemplou 17 aeroportos na região da Amazônia Legal e Nordeste.

A EXECUÇÃO DA CONCESSÃO DE CONGONHAS

A reunião do Comitê de Aeroportos realizada no dia 18 de julho contou com a participação de Kleber Meira, diretor executivo do aeroporto de Congonhas, que apresentou ao Comitê o cronograma de investimentos e as obras previstas nas próximas etapas da concessão. Meira destacou que o prédio principal do aeroporto é tombado, o que amplia a dificuldade das obras e tem impacto na operação.

Entre as obras previstas está a ampliação das atuais 30 para 37 posições de embarque. Ao contrário do que acontece atualmente, todas poderão ser usadas por todos os tipos de aeronaves autorizadas a operar no aeroporto. Com isso, será possível ampliar a quantidade de passageiros transportados sem a necessidade de ampliar o número de operações de pouso e decolagem. As obras têm previsão total de entrega em junho de 2028.

MOBILIDADE URBANA

Pouco trilho para muita necessidade

O desafio do setor é oferecer transporte ágil e seguro, além de ajudar a reduzir as emissões de carbono

O Brasil conta atualmente com 21 sistemas de transporte urbano de passageiros sobre trilhos, distribuídos por 11 estados e no Distrito Federal. Isso significa uma malha de 1.133 quilômetros, operados por 16 empresas – entre públicas e privadas. Esses dados foram apresentados por Ana Patrícia Gonçalves Lira, diretora-presidente da ANPTrilhos, que falou ao Comitê sobre os desafios do sistema.

O tema vem sendo tratado pela Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, a cargo de Denis Eduardo Andia. De acordo com ele, há duas frentes de atuação voltadas para a mobilidade dentro do PAC. Em relação ao eixo de infraestrutura para grandes e médias cidades foram selecionados R\$ 9,9 bilhões em obras que vão desde corredores de ônibus até expansões de linhas de metrô, trens urbanos e VLTs em todas as

regiões. Outro eixo é o da renovação das frotas de ônibus, com a aquisição de veículos menos poluentes, com investimentos previstos de R\$10,6 bilhões.

Outra iniciativa é o Estudo Nacional de Mobilidade Urbana – ENMU, realizado pelo Ministério e pelo BNDES. De acordo com o engenheiro Rafael Ferraz, do BNDES, o estudo contempla 21 regiões metropolitanas em todas as regiões do país, que abrigam 42% da população brasileira.

A reunião conjunta dos Comitês de Mobilidade Urbana e Rodovias da ABDIB realizada no dia 12 de agosto, contou com a participação de Laís Menegon Youssef, chefe de Planejamento Regulatório da Artesp. Ela apresentou as iniciativas da agência na agenda regulatória do Estado de São Paulo, que incluem novos mecanismos de participação do setor privado.

A GRATUIDADE DO TRANSPORTE COLETIVO

Em reunião do Comitê de Mobilidade Urbana, Andrea Cavalcanti, gerente da CNT, Sérgio Avelleda, coordenador do Núcleo de Mobilidade Urbana do Insper e Ana Patrícia Lira, diretora executiva da ANPTrilhos, que abordaram o tema Gratuidade no Transporte Público Coletivo.

Andrea Cavalcanti reforçou a necessidade de que o tema seja mais bem estudado e, para aplicá-lo, será fundamental entender o modelo do sistema de transportes

em cada localidade. Para Sérgio Avelleda, será fundamental discutir o financiamento para o projeto da Tarifa Zero ou de outras possibilidades de modicidade tarifária. “Será imprescindível desenvolver um fundo de financiamento para a proposta da Tarifa Zero, como existe para a saúde e educação. Será preciso pensar, por exemplo, em um modelo de pedágio urbano, que pode ser uma das fontes de financiamento para a proposta da Tarifa Zero”.

RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO

Mais clareza para a remuneração dos serviços

Novo tratamento dado ao saneamento básico pela nova lei de licenciamento deve estimular os investimentos no setor

Os principais pontos debatidos no âmbito do Comitê sobre recursos hídricos e saneamento básico têm foco nos desafios regulatórios, ambientais e econômicos do setor, bem como nas perspectivas de investimentos e avanços.

Para os próximos anos foram destacados a drenagem urbana, a estrutura tarifária dos serviços de saneamento e a necessidade de regulação da tarifa social de água e esgoto, bem como os dilemas para sua implantação. Segundo a Diretora-Presidente da ANA, Verônica Sanches Rios, em reunião do Comitê, esses temas demandam atenção prioritária do poder público e dos agentes regulados.

Outro ponto crítico refere-se aos impactos das mudanças climáticas sobre a disponibilidade hídrica no país. Estudos indicam o risco de redução de até 30% da disponibilidade de água nas próximas décadas, cenário agravado pela projeção de aumento de aproximadamente 42% no consumo de água tratada.

Outro tema tratado no Comitê foi a proposta de revisão do Decreto nº 7.217/2010, que estabelece as metas de universalização dos serviços de saneamento nas áreas urbanas e rurais. Participou do debate Fernanda Rodrigues de

Moraes, Procuradora Federal da Advocacia-Geral da União (AGU) e chefe da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades.

Um dos objetivos centrais da revisão normativa é conferir maior clareza aos conceitos relacionados à remuneração dos serviços de saneamento, tema considerado essencial para o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e para a atração de investimentos.

Em apresentação ao Comitê, o senador Alan Rick (União-AC), ao lado da Diretora-Presidente da ANA, destacou a necessidade de modernização do setor por meio de PPPs.

Segundo Verônica Sanches Rios, a principal inovação do texto aprovado foi a inclusão do Artigo 10, proposto pelo senador Alan Rick, que trata especificamente do saneamento básico e reconhece os benefícios ambientais inerentes a esse tipo de obra.

A ANA apresentou contribuições ao texto, dentre essas, a relevância de agilizar a construção das Estações de Tratamento de Esgotamento Sanitário, obras que não podem ser equiparadas às demais obras civis, visto que têm como propósito cessar o lançamento direto dos efluentes nos corpos hídricos.

O Comitê também analisou projetos relevantes de concessão em saneamento nos estados de Pernambuco e Goiás, com a participação de Marcelo Bruto, Secretário Executivo de Parcerias e Projetos Estratégicos de Pernambuco, e Ricardo Corrêa, Superintendente de Planejamento e Saneamento do Estado de Goiás.

Foram destacados a drenagem urbana, a estrutura tarifária dos serviços de saneamento e a necessidade de regulação da tarifa social de água e esgoto.

INDÚSTRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O esforço pela neoindustrialização

O aumento da carteira do BNDES estimula os projetos de industrialização com base na inovação e na digitalização

As ações do BNDES no âmbito da Nova Indústria Brasil, com o objetivo de fomentar a neoindustrialização do país, foram discutidas no Comitê, com a participação do diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior da instituição, José Luís Gordon. Segundo o diretor, o Brasil retomou sua política industrial e o BNDES tem atuado, através do

Plano Mais Produção, como o principal agente financiador nessa retomada da política industrial. Ele mostrou que até maio de 2025, o BNDES já havia aprovado mais de R\$200 bilhões do total de recursos mobilizados pelo banco no Plano Mais Produção. Mostrou, ainda, dados com aprovações recordes de recursos para Inovação, Exportação e Fundo Clima.

RESÍDUOS SÓLIDOS

O setor precisa de garantias para alcançar as metas

A preocupação com os contratos reforça a necessidade de definição dos critérios de remuneração do setor

A aplicação do Novo Marco do Saneamento e a necessidade de ajustes na lei e na proposta de estrutura fiduciária em contratos de resíduos sólidos como uma garantia contra a inadimplência do Poder Público com as empresas do setor foram dois dos temas centrais nos debates do Comitê em 2025. A criação de uma estrutura fiduciária é uma garantia de adimplemento, fundamental para a sustentabilidade do setor.

A preocupação com os impactos do setor sobre o meio ambiente também foi tratada no Comitê — que discutiu as propostas do *Global Innovation Hub*, uma iniciativa que surgiu no âmbito da Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas. O objetivo do hub é promover ações inovadoras para um futuro com baixa emissão de carbono e com uma infraestrutura resiliente a mudanças climáticas. O tema foi apresentado ao Comitê por Marcelo Donnini

Freire, *Chief Green Officer* e sócio fundador da YvY Capital.

Outro ponto de preocupação envolveu as metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos — Planares. A preocupação central, manifestada ao comitê por Eleusis Bruder Di Credo, engenheiro e especialista no setor de resíduos sólidos, é com a capacidade das prefeituras municipais de assegurar a sustentabilidade econômica e financeira dos empreendimentos. Existe uma preocupação com a capacidade dos municípios de assegurar a remuneração dos investimentos privados nesse tipo de serviço.

O Comitê debateu, ainda, a proposta de alteração do Decreto nº 11.599, de 2023, de estender até 31 de dezembro de 2030 o prazo para que os municípios recebam recursos federais sem estar em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

INFRAESTRUTURA SOCIAL

O avanço privado sobre a infra social

Leilões nos estados e nos municípios aumentam o número de escolas e hospitais administrados por PPPs



Projetos de PPPs em educação, saúde, parques e outros equipamentos, bem como a conexão da infraestrutura social com os demais segmentos do setor foram debatidos pelo Comitê ao longo de 2025. Uma das apresentações nesse sentido foi feita pelo gerente de projetos Paulo Henrique Santos e pelo chefe de departamento Gustavo Nonato, do BNDES. O tema da exposição foi o projeto que prevê a construção, gestão, operação, conservação e manutenção de 31 unidades educacionais e serviços não pedagógicos no município gaúcho de Caxias do Sul.

Em outra oportunidade, a secretária especial de Parcerias Estratégicas do Estado de Mato Grosso do Sul, Eliane Detoni apresentou o projeto de PPP do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

Na mesma linha, Vitor Costa, Subsecretário de Concessões e Parcerias do Estado de Minas

Gerais, apresentou o Projeto PPP Complexo de Saúde HoPE. Segundo ele, o projeto contará com uma infraestrutura integrada de saúde pública, reunindo linhas de cuidado nas áreas de oncologia, infectologia, pediatria, hematologia, maternidade e saúde da mulher.

Além disso, Marcela Santos, gerente de projetos do UNOPS, e Isabela Ribeiro, especialista em socioeducação, apresentaram o projeto da PPP Socioeducativa de Minas Gerais.

O Comitê também tratou dos programas Morar no Centro, de Recife (PE), e Morar Melhor, de Campo Grande (MS). Os programas foram estruturados pela Caixa. Também foram apresentados o projeto de PPP do Novo Hospital Estadual em Viamão e a PPP do Hospital Regional do Mato Grosso do Sul. Outro caso apresentado foi o da emissão de Socias Bonds realizada pela SPE Saúde BH, a custos mais competitivos e menos burocracia.

CONSTRUÇÃO PESADA

O aumento da demanda pela engenharia

Com mais canteiros de obras, a construção pesada ressenete-se da escassez de engenheiros e de profissionais especializados

O Conselho de Administração da ABDIB autorizou em 2025 a criação do Comitê de Construção Pesada — elevando para 23 o total de comitês ativos da entidade. O novo Comitê congrega construtoras responsáveis pelos trabalhos de Engenharia, Suprimento e Construção nos projetos e obras de infraestrutura, além de outros segmentos de atividade na cadeia de geração de valor associados da ABDIB.

Conforme afirmou o presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, o Comitê terá a tarefa de realizar um trabalho fundamental neste momento em que uma grande quantidade de obras de infraestrutura, somada à ampliação do investimento em áreas essenciais demandará cada vez mais serviços de engenharia. “Precisamos cada vez mais de ‘epecistas’ capazes de assumir esse trabalho”, afirmou.



“Precisamos estar atentos a aspectos que incluem a capacitação de engenheiros e a formação de mão de obra especializada até as questões relacionadas com a regulamentação e a segurança jurídica da atividade”.

O presidente executivo Venilton Tadini afirmou que a proposta de criação do novo Comitê foi precedida de levantamentos que apontaram o risco de gargalos que, se não forem evitados, poderão prejudicar a expansão da infraestrutura brasileira. “Precisamos estar atentos a aspectos que incluem a capacitação de engenheiros e a formação de mão de obra especializada até as questões relacionadas com a regulamentação e a segurança jurídica da atividade”. Os estudos que apontaram a necessidade e a viabilidade da criação dessa nova estrutura foram conduzidos por Miguel Noronha, diretor institucional da Construtora Barbosa Mello, que assumirá a coordenação dos trabalhos do Comitê, com a subcoordenação do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON – e a participação da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR.

Os trabalhos do Comitê foram planejados para girar em torno de dois eixos principais: Modelos de Gestão, Alocação de Riscos e Contratos em Construção Pesada e Desafios e Soluções para a Carência de Quadros Profissionais na Construção Pesada.

As reuniões trataram de temas como as novas tecnologias aplicadas no processo construtivo, com destaque para a transformação digital. Também foram discutidas novas soluções tecnológicas para a construção pesada, como a plataforma global 6 Conecta, da Acciona, que

permite o acompanhamento remoto e simultâneo de todos os projetos em execução pela empresa, e o uso de equipamentos não tripulados, com apoio de Inteligência Artificial, pela Construtora Barbosa Mello. O tema da Inteligência Artificial também foi tratado, em reunião posterior, por Andrei Graça, sócio da EY, que discutiu “Como a I.A. tem revolucionado a agenda de grandes projetos”.

Também foram debatidas inovações nos modelos de financiamento e de garantias, como o uso do Seguro Garantia para se prevenir o inadimplemento contratual. Tratado mais uma vez, o tema também incluiu a discussão de outras modalidades de garantia, como a Fiança Bancária e o Crédito nos projetos de infraestrutura.



A high-angle, blue-tinted photograph of a woman with curly hair and a young child sitting on a wooden floor. They are both looking down at a large sheet of paper or a map that the child is holding. The woman is pointing at something on the paper. The image is partially covered by a dark purple curved shape on the left side, which contains the text.

PLANOS DE AÇÃO DOS COMITÊS PARA 2026



PLANOS DE AÇÃO DOS COMITÊS PARA 2026

Esta seção contém os objetivos e os planos de ação dos Comitês da ABDIB para 2026. Por se tratar de um ano eleitoral, todos os Comitês se envolverão com a elaboração de um conjunto de propostas que será encaminhado aos candidatos à Presidência da

República e a outros candidatos a cargos eletivos nas eleições que acontecerão em outubro. Outro objetivo comum a todos os comitês será a elaboração do Plano de Ação 2050 — com o planejamento estratégico da ABDIB para as próximas décadas.

Aeroportos

— **Coordenador:**
Marcelo Allain (BR Infra Group)



Objetivos

Oferecer sugestões de ações e propostas para as concessões aeroportuárias existentes e futuras, encaminhando-as às autoridades competentes.



Plano de ação

- Acompanhar os processos de relicitação e repactuação de concessões aeroportuárias, em especial dos aeroportos de Galeão (GIG) e Viracopos (VCP).
- Acompanhamento das pautas e propostas governamentais para apoio ao setor aéreo, como uso do FNAC e sobre papel da Infraero.
- Analisar os impactos de mudanças tributárias, tendo em vista a regulamentação dos novos impostos IBS e CBS sobre o setor aéreo.
- Contribuir nos temas da agenda regulatória da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), bem como para discussões sobre cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e redução de emissões CO2 no setor aeroportuário.
- Contribuir para o aperfeiçoamento do programa AmpliAR de investimentos em aeroportos regionais.



Construção pesada

— **Coordenador:**
Miguel Noronha
(Construtora Barbosa Mello)

— **Coordenador adjunto:**
Claudio Medeiros (Sinicon)



Objetivos

Aprimorar as estratégias e ações do Comitê, visando reunir e integrar o conjunto dos stakeholders da Construção Pesada.

Evoluir nas ações de fortalecimento da Construção Pesada em sua atuação nos setores privado e público, em bases sustentáveis e alinhadas com os demais stakeholders.

Dar continuidade aos projetos em desenvolvimento do Comitê: 1 - Modelos de Gestão, Alocação de Riscos e Contratos em Construção Pesada; 2 - Desafios e Soluções para a Carência de Quadros Profissionais na Construção Pesada.

Promover ações de inovação no setor, como a adoção de novas tecnologias, soluções financeiras, seguros e garantias, apoiando mecanismos para seu fomento e disseminação.

Contribuir para o reconhecimento do setor perante a opinião pública, promovendo a imagem do setor como agente estratégico para o desenvolvimento, por meio de ações de comunicação, transparência, responsabilidade social e valorização da engenharia nacional.



Plano de ação

— Avançar com o Projeto 1 - Modelos de Gestão, Alocação de Riscos e Contratos em Construção Pesada, a ser concluído em junho de 2026, com emissão de manual de melhores práticas, relatório final e workshop.



- Avançar com o Projeto 2 - Desafios e Soluções para a Carência de Quadros Profissionais na Construção Pesada, no 1º semestre de 2026, com foco na promoção de atividades voltadas aos públicos-alvo e na ação de influência junto a governos, entidades, universidades e outras instituições, inclusive por meio de workshop.
- Realizar o seminário “Novos Paradigmas para a Construção Pesada no Brasil”, em junho ou agosto de 2026, em São Paulo.
- **Conceber e planejar programa de capital humano e empregabilidade no setor da construção pesada, com os seguintes eixos de ação:**
 - Eixo 1 – Programa Nacional de Transição ao Trabalho Produtivo.
 - Eixo 2 – Plano Nacional de Valorização da Engenharia Brasileira.
 - Eixo 3 – Programa Nacional de Formação Técnica em Infraestrutura.
 - Eixo 4 – Agenda de Modernização das Relações de Trabalho.
 - Eixo 5 – Ecossistema de Comunicação, Conhecimento e Empregabilidade.

- Promover junto aos poderes constituídos a retomada dos investimentos públicos e de seu necessário suporte ao setor, com definição de prioridades com base nas lacunas observadas nas infraestruturas, a exemplo do apoio ao Programa Nacional de Ampliação e Modernização da Malha Rodoviária Federal elaborado pela ANEOR com apoio de outras entidades.
- **Apoiar a Agenda Legislativa para o Setor da Construção Pesada:**
 - PEC 01/2021: garantir que, pelo menos, 70% dos recursos obtidos com outorgas onerosas de serviços e de infraestruturas de transportes sejam reinvestidos no próprio setor.
 - PL 6139/2023: Crédito à exportação de bens e serviços.
 - PL 2159/2021: Licenciamento Ambiental.
 - Lei 15.190: Lei Geral do Licenciamento Ambiental.
 - Revisão da Lei nº 14.133/2021: Nova Lei de Licitações.
 - PL 5401/2023: Vedação do pregão eletrônico para contratações de obras.

Diversidade e inclusão

- **Coordenador:**
Milena Moreno Giglioti (Santos Brasil)
- **Coordenadora adjunta:**
Cintia Torquetto (Infra Women Brazil)

Objetivos

Contribuir para a consolidação de um ambiente institucional e empresarial mais diverso, equitativo e inclusivo no setor de infraestrutura, apoiando a ABDIB na conscientização e no engajamento de suas empresas associadas, de modo a influenciar práticas corporativas,

projetos de infraestrutura e a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.



Plano de ação Articulação Institucional e Parcerias Estratégicas

- Estabelecer parcerias com entidades, organizações e iniciativas de referência em diversidade, equidade e inclusão no Brasil, ampliando o repertório técnico, institucional e de boas práticas disponíveis ao setor de infraestrutura.



Plano de ação Produção de Conhecimento e Referências Setoriais

- Desenvolver um Guia de Boas e Más Práticas em Diversidade e Inclusão no Setor de Infraestrutura, contemplando:
- práticas corporativas nas empresas associadas;
- diretrizes aplicáveis a projetos de infraestrutura, desde o planejamento até a operação, exemplos, riscos reputacionais e aprendizados do setor.



Plano de ação Formação, Letramento e Engajamento

- Promover eventos, encontros e ações de sensibilização sobre diversidade e inclusão, com foco em letramento e formação de executivos e lideranças das empresas associadas.
- Estruturar uma trilha temática de aprendizado, conectando diversidade, estratégia, governança, pessoas e impacto social no setor de infraestrutura.

Engenharia

— **Coordenador:**
José Carlos Valsecchi (Arcadis)



Objetivos

Priorizar e disseminar informações relevantes sobre as melhores práticas de engenharia, tendências, modelos de planejamento e contratação de obras e engenharia. Através do compartilhamento da experiência e conhecimento de agentes relevantes do segmento de engenharia consultiva, e de forma imparcial e institucional, proporcionar compartilhamento de conhecimento, melhores práticas, lições aprendidas e modelos de gestão e engenharia de projetos, buscando promover o debate, melhor conhecimento e integração dos serviços com os diversos setores da indústria e com os demais comitês matriciais da Abdib.



Plano de ação

- Continuar o processo de aproximação com entidades co-irmãs do setor de engenharia consultiva, tais como ABCE, FIDIC, Abemi e Sinaenco, já convidadas e com assento no Comitê, trocando informações, experiências e conhecimento de forma a promover uma atuação mais sinérgica e integrada.
- Discutir as novas tendências do mercado de engenharia, notadamente as relativas a Inteligência Artificial e seus impactos na indústria da Construção.
- Realizar reuniões no primeiro semestre sobre qualidade dos serviços nas empresas de engenharia, disponibilidade de mão de obra face a demanda do mercado e possibilidades de uso de Inteligência Artificial.
- Realizar workshop no primeiro semestre sobre Data Centers.

- Realizar um workshop no segundo semestre sobre transição energética, análise da matriz e oportunidades para o mercado brasileiro.
- Ampliar o *networking* entre *stakeholders* dos diversos setores relacionados à engenharia.

Estratégico do setor elétrico

— **Coordenador:**
Hugo Renato Nunes (EDP)



Objetivos

Para 2026, o comitê propõe o acompanhamento e o diálogo qualificado a respeito da implementação da agenda legislativa e regulatória relativas ao setor elétrico, com análise de impactos nos diversos segmentos da indústria do setor elétrico e atuação com a administração pública, agência reguladora, congresso, instituições e agentes setoriais. Destacando:

- Resguardar a independência e autonomia das instituições que compõem o setor elétrico brasileiro com vista a adequada governança do Setor Elétrico Brasileiro (SEB).
- Preservar a segurança jurídica, econômica e tarifária dos contratos de concessão.
- Promover a prorrogação e/ou a renovação dos contratos das concessões.
- Reduzir os subsídios setoriais, melhorar a sinalização de preço e assegurar adequada alocação de custos e riscos.
- Alinhar estrategicamente setor com as agendas regulatórias e setorial, em prol dos investimentos sustentáveis no setor).

- Estudar e propor ações/vetores visando o desenvolvimento da cadeia de bens e serviços (indústria de base) para o setor de energia.
- Contribuir com as questões e critérios de sustentabilidade nas operações e na transformação da matriz energética do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva (ESG e investimento sustentável no setor elétrico).



Plano de ação

- Propor, atuar e participar com autoridades do setor, das discussões sobre as novas fontes de energia e novas tecnologias (matriz de energia em transformação, intermitência, flexibilidade, reserva de capacidade de potência, sistemas de armazenamento, *curtailment*, dentre outros).
- Atuar no sentido de desenvolver ações para o fortalecimento da regulação nacional, com destaque para o acompanhamento de iniciativas legislativas e do poder executivo que interfiram na autonomia da agenda regulatória, promovendo a defesa dos papéis institucionais de regulação e fiscalização.
- Contribuir com a agenda legislativa, de governo e regulatória a ser estabelecida pelo legislador e pela administração pública em prol da segurança jurídica, medidas de desenvolvimento produtivo e competitivo de modernização do setor elétrico. Destaca-se as novas propostas e agenda infralegal necessária para a regulamentação do PLV 10/2025 (MPv 1304/2025), com o tratamento das questões estruturantes.
- Atuar em parceria com o ONS, a EPE e outras instituições e associações setoriais, quando couber, para proposição de estudos e análises no endereçamento de soluções para a conexão com o grid, os cortes de geração, aplicação de sistemas de armazenamentos, inserção de novas tecnologias e soluções avançadas, com destaque para a mobilidade elétrica, além de Data Centers e Hidrogênio.
- Acompanhar, aprofundar, propor e estruturar questões e critérios de sustentabilidade nas operações e na transformação da matriz energética do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva.
- Acompanhar e propor as condições para implantação de redes inteligentes de energia no Brasil (medidores inteligentes, digitalização das redes, telecomunicação, interoperabilidade e cyberssegurança).
- Acompanhar e atuar nos temas da agenda de governo e regulatória que possuam efeitos sistêmicos e estruturantes, com destaque para prorrogação das concessões de G/T/D, equilíbrio dos contratos, remuneração dos serviços de geração e das concessões de distribuição e transmissão além das condições sustentáveis para a abertura de mercado.
- Atuar para a redução dos subsídios setoriais, com prazos, transição e alocação de custos adequados à cadeia do setor e ao consumidor, com discussões sobre geração distribuída previstas na regulação e no Poder Legislativo.
- Proposição de aprimoramentos na agenda regulatória para ampliação de horizonte (de 2 para 4 anos), mais determinativa e com revisões anuais, além do desenvolvimento de uma agenda estratégica para o setor, com horizonte de 10 ou 15 anos com revisões bianuais, sob a coordenação do MME.
- Acompanhar e propor ações relacionadas aos impactos fiscais, tributários e financeiros decorrentes da agenda econômica nacional, com destaque para temas como a Reforma Tributária, a implementação do Pilar 2 da OCDE e as propostas de alteração na tributação de dividendos, dos

Juros sobre Capital Próprio (JCP) e do WACC regulatório.

- Propor medidas para garantir o suprimento adequado do mercado nacional diante da crescente demanda por equipamentos e infraestrutura, com foco na ampliação da capacidade produtiva dos fabricantes e na qualificação da mão de obra especializada para atender à expansão e modernização do setor elétrico.

Ferrovias

— Coordenador:

Julio Fontana Neto (Rumo)

— Coordenador Adjunto:

Davi Barreto (ANTF)



Objetivos

Assegurar a estabilidade regulatória e jurídica necessária para a continuidade dos investimentos, fomentando a renovação dos contratos de concessão e a viabilização de projetos de expansão através de mecanismos financeiros sustentáveis e de uma agenda regulatória eficiente.



Plano de ação

- Atuar no Judiciário em Temas Estruturantes (Tributário e Trabalhista): Defender a segurança jurídica do setor junto às cortes superiores, priorizando a solução definitiva para a cobrança de IPTU sobre bens públicos arrendados (STF) e o monitoramento de ações trabalhistas de alto impacto, como o reenquadramento de maquinistas e monocondução.
- Viabilizar Incentivos Financeiros Sustentáveis: Fomentar a criação e o acesso a linhas de financiamento verde e incentivos fiscais, articulando a elegibilidade do setor ferroviário no Fundo Clima (para expansão e modernização), a regulamentação do mercado de créditos de carbono e o acesso ao Fundo da Marinha Mercante (FMM).
- Acompanhar a Agenda Regulatória da ANTT: Atuar proativamente na definição e implementação dos novos ciclos regulatórios, com foco na consolidação das Condições Gerais de Transporte Ferroviário (ROF e RSF), em especial, nas normas: (i) ROF 1 (Regras Gerais dos Contratos de Concessão e Autorização); (ii) RSF 1 (Direitos e Garantias dos Usuários e Serviço Adequado); (iii) ROF 2 (Bens, Projetos, Obras e Operações Ferroviárias); e (iv) RSF 2 (Direitos e Garantias dos Passageiros).



- Apoiar a Conclusão das Prorrogações Antecipadas: Acompanhar e apoiar os processos finais de prorrogação dos contratos de concessão, a exemplo da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e Ferrovia Tereza Cristina (FTC), garantindo que os novos ciclos de investimento sejam efetivados.
- Consolidar Carteira de Projetos Prioritários: Estabelecer e promover um portfólio de investimentos ferroviários de longo prazo (visão do setor privado), em alinhamento com as diretrizes do Plano Nacional de Ferrovias e a carteira de projetos lançada pelo Ministério dos Transportes.
- Aprimorar a Metodologia de Precificação de Investimentos: Atuar junto aos órgãos governamentais (MT, DNIT e ANTT) para a revisão e atualização dos sistemas oficiais de custos (Sicro e Sicfer), assegurando que os orçamentos de novos projetos e investimentos cruzados reflitam a realidade de mercado.
- Apoiar Autorregulação Ferroviária e Inovação: Contribuir, de forma geral, para a modernização da regulação, notadamente no apoio à ANTF na implementação da autorregulação técnico-operacional do setor ferroviário, fomentando o desenvolvimento de soluções tecnológicas e o uso de recursos de inovação (RDT) para a modernização de sistemas e o aumento da eficiência operacional.
- Trabalhar pelo desenvolvimento do setor, com maior participação do transporte ferroviário de cargas gerais, além de grãos e minérios. Isso é essencial para que seja feita a migração para o modal ferroviário desse tipo de carga.
- Trabalhar pelo desenvolvimento das ferrovias de passageiros.

Financiamento, fundos, riscos e garantias

— **Coordenador:**
Hugo Assunção (Perfininfra)

— **Coordenador adjunto:**
André Dabus (Marsh)



Objetivos

Avaliar as fontes de recursos para projetos de infraestrutura, identificar limitações para seus usos, riscos e sugerir estruturas de seguros e garantias (projetos/financiamento) para mitigar os riscos de operação e bancabilidade. O comitê tem como principais pilares de sua atuação: I) implementação do *Project Finance Non Recourse*, utilizando a experiência internacional; II) ampliar a atratividade de financiamento interno e externo para investimentos em infraestrutura (*equity*) e acompanhar as mudanças na legislação enfatizando a importância do mercado de capitais; III) buscar alternativas para mitigação de riscos não gerenciáveis (riscos políticos, crédito, demanda e variação cambial) e avaliar instrumentos contratuais e extracontratuais (públicos e privados) que possam amenizar as consequências financeiras, econômicas e sociais da materialização destes riscos.



Plano de ação Avaliação e Mitigação de Riscos

- Contribuir para o fortalecimento das Agências Reguladoras na qualificação dos projetos e avaliação de mitigadores de riscos.
- Sugerir estruturas de seguros e garantias para mitigar riscos operacionais e de bancabilidade.

- Propor mecanismos contratuais e extra-contratuais para mitigar riscos climáticos, políticos, de crédito, demanda e variação cambial.



Plano de ação Financiamento e Fundos

- Padronizar processos de qualificação e habilitação de fundos de investimento junto às Agências Reguladoras.
- Definir modalidades e condições de aplicação de recursos com instituições oficiais de crédito, incluindo proteção contra variação de taxas como a TLP.
- Incentivar o uso de financiamentos isentos, como as novas debêntures de infraestrutura conforme a Lei 14.801 para ampliar o *funding*.



Plano de ação Estruturação Financeira e Garantias

- Implementar *Project Finance Non Recourse*, promovendo debates com bancos de desenvolvimento e agências multilaterais sobre seguros e garantias como alternativa às fianças bancárias hoje usadas nestes financiamentos.
- Implementar o Seguro Garantia para garantir o sobre custo do Capex em *Project Finance full Non Recourse* em substituição à fiança bancária.
- Atuar junto a bancos de fomento para alocar riscos de encampação, caducidade e extinção de contratos de concessão em estruturas de *Project Finance*.
- Estimular mecanismos e fundos garantidores públicos e privados para cobertura de eventos climáticos extraordinários.



Plano de ação Hedge cambial e tarifário

- Promover discussão sobre reajustes tarifários vinculados ao dólar para viabilizar financiamento externo.
- Desenvolver mecanismos de hedge cambial para emissão de *Project Bonds* no exterior, ampliando fontes de financiamento.

Geração

— **Coordenadora:** Lilian Ferreira Queiroz (AXIA Energia)



Objetivos

Apoiar a ABDIB com análises técnicas, institucionais e estratégicas e com propostas para interlocução com agentes públicos e privados, visando à construção de um ambiente favorável ao investimento, compatível com os desafios do suprimento elétrico, diante das oportunidades de evolução do mercado, regulatórias e tecnológicas, com foco no aproveitamento combinado de todas as fontes limpas disponíveis, assegurando sustentabilidade financeira, ambiental, operacional e segurança jurídica.

Apoiar estrategicamente, com a responsabilidade de discutir, analisar e propor soluções para os aspectos relevantes da geração de energia, considerando as diversas fontes, suas especificidades, externalidades e impactos sistêmicos, bem como atuar com proposições nas regulamentações e políticas públicas que afetam o setor elétrico.



Plano de ação

- Fortalecer o canal de diálogo permanente com as diversas entidades do setor, em

especial MME, ONS, EPE, CCEE, Aneel e Ibama, além de outras esferas governamentais, discutindo o arcabouço legal-regulatório, a previsibilidade institucional e a estrutura de governança existentes do setor.

- Contribuir para a adequada aplicação das novas medidas do marco legal do setor elétrico, inclusive com proposições de regulamentação, avaliando as indicações do planejamento da expansão e tendo como um dos critérios mais importantes a sua conexão com a operação do sistema, para que as ações conjuntas do operador e demais agentes ocorram com segurança, eficiência e baixo custo sistêmico.
- Propor contribuições regulatórias na geração hidrelétrica, assegurando retorno aos investimentos em modernização de usinas, fomentando a digitalização do setor e, conseqüentemente, a redução de custos operacionais, a otimização da eficiência energética e o aumento da confiabilidade e segurança do sistema elétrico.
- Atuar junto aos órgãos ambientais para a viabilização da expansão das diversas fontes de geração frente ao crescimento da carga, de forma segura, econômica e em conformidade com a legislação ambiental.
- Apoiar a expansão de fontes renováveis de geração de energia e o desenvolvimento de tecnologias de armazenamento, como baterias, usinas hidrelétricas reversíveis e combustíveis derivados de fontes renováveis, como o hidrogênio.
- Estimular e apoiar a valoração dos atributos de capacidade de geração das usinas hidrelétricas para viabilização do aproveitamento do potencial remanescente, por meio da instalação de unidades geradoras complementares ou por repotenciação.
- Discutir e propor condições regulatórias para a valoração da energia de reserva de capacidade por soluções híbridas, térmicas de partida rápida, hidrelétricas reversíveis, armazenamento de energia e uso do hidrogênio.
- Analisar os desdobramentos do marco legal da geração eólica offshore.
- Debater o aumento da resiliência do sistema elétrico frente a eventos climáticos extremos e propor a consolidação de diretrizes técnicas sobre resiliência climática em sistemas elétricos, no contexto da adaptação às mudanças do clima.
- Promover a discussão de uma política para a estruturação da cadeia de valor da geração eólica no Brasil, juntamente com associações do setor e órgãos públicos.
- Atuar como agente de divulgação da matriz energética brasileira, de base altamente renovável, como ativo estratégico para atração de investimentos no Brasil.
- Analisar os impactos econômicos, tarifários, federativos e sobre a atratividade de investimentos decorrentes do PL nº 3.864/2023.
- Analisar e acompanhar os desdobramentos da MP 1.304/2025.



- Acompanhar os impactos da abertura total do mercado livre de energia sobre a expansão da geração, a formação de preços, a viabilidade de novos empreendimentos e os modelos de contratação.
- Acompanhar e propor soluções regulatórias para o tratamento dos cortes de geração (*curtailment*) das fontes eólica e solar, visando mitigar perdas financeiras e garantir previsibilidade aos investidores.
- Debater diretrizes de cibersegurança aplicadas às usinas de geração e às infraestruturas críticas do sistema elétrico, considerando os riscos associados à digitalização e à operação remota.
- Avaliar o papel dos instrumentos de financiamento climático, dos créditos de carbono e das taxonomias verdes como indutores da expansão da geração renovável no Brasil.
- Propor a evolução regulatória do mercado de serviços ancilares, contemplando novas tecnologias, armazenamento de energia, usinas híbridas e resposta da demanda.

Iluminação pública e cidades inteligentes

— **Coordenador:** Gustavo Gusmão (EY)

— **Coordenadora adjunta:** Adriana Ferreira Tavares (Tozzini Freire)



Objetivos

Avaliar, propor e promover soluções e recomendações visando à modernização da iluminação pública e ao fomento de tecnologias convergentes associadas a cidades

inteligentes, particularmente incentivando a adoção de boas práticas de estruturação, regulação e financiamento de contratos de PPPs.



Plano de ação

- Propor e executar ações visando à consolidação de um ambiente regulatório robusto para o setor de iluminação pública, otimizando compatibilidades com serviços inteligentes.
- Debater e disseminar propostas para harmonizar e viabilizar, de forma consistente e sustentável, soluções de cidades inteligentes em contratos de PPPs que contemplem serviços de iluminação pública como objeto principal, inclusive no que concerne à modelagem de projetos e processos licitatórios eficientes.
- Debater os impactos da Reforma Tributária para o setor de iluminação pública.
- Monitorar avanços legislativos acerca das tendências e avanços em tecnologias sob a ótica das cidades inteligentes, trazendo, quando possíveis exemplos de *benchmarking* de outros países.
- Realizar estudos e diagnósticos visando a aperfeiçoar aspectos de modelagem, licitação e gestão de projetos de PPPs de iluminação pública com serviços inteligentes.
- Fomentar o aperfeiçoamento de mecanismos de seguros e financiamento a PPPs de iluminação pública com serviços inteligentes.
- Debater e divulgar o uso da IA (inteligência artificial) em serviços associados a iluminação pública com serviços inteligentes.
- Monitorar a gestão e resultados de contratos de PPP de IP com ou sem serviços inteligentes.

Indústria e relações internacionais

— **Coordenadores:** Luis Mosquera (Siemens) e Daniel Godinho (WEG)



Objetivos

Acompanhar a implementação do plano governamental da nova política industrial denominado Nova Indústria Brasil – NIB lançado em janeiro de 2024 para modernizar o setor, com foco na inovação, sustentabilidade e competitividade.

Merece atenção especial da ABDIB as ações a serem desenvolvidas no âmbito da missão 3 – Infraestrutura, missão 4 – Transformação Digital, missão 5 – Biotecnologia e transição energética.

Verificar a adesão da NIB dentro da estratégia de desenvolvimento econômico visando aproveitar as novas oportunidades no contexto internacional em relação à transição energética rumo a economia verde e a inserção da indústria nas cadeias globais de valor.

O Comitê irá acompanhar e propor recomendações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base. Também irá trabalhar para o desenvolvimento da cadeia produtiva fornecedora de equipamentos para o mercado de *Data Centers* e ao sistema de armazenamento de energia (BESS).

Participar e propor ações para o desenvolvimento da infraestrutura no âmbito dos BRICS.

Acompanhar as iniciativas do governo e da proposta do setor em relação à COP31.



Plano de ação

- Discutir e sugerir ações para compatibilizar a política industrial à política macroeconômica.
- Participar, acompanhar e propor ações de políticas públicas no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), do qual a ABDIB participa.
- Propor a implantação de programas de qualificação de mão de obra e formação/fomento à educação.
- Promover a realização de seminário sobre a indústria, discutindo como o seu nível atual de abertura comercial, efeitos das taxas de importações colocadas sobre os nossos produtos, a importância da exportação de serviços.
- Promover debates para elaboração de políticas públicas de comércio exterior visando à uma maior integração produtiva do setor industrial brasileiro.
- Trabalhar, em conjunto com o Comitê de Inovação, para a obtenção de mais recursos públicos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
- Contribuir para a formulação de política industrial, que engloba fomento e inovação, em consonância com as melhores práticas internacionais ASG e a economia de baixo carbono.
- Debater e trabalhar pela implantação de um plano para estimular a Transformação Digital, como um meio de aumentar a competitividade e produtividade do Brasil (por exemplo: infraestrutura digital, aplicação de IA de forma responsável, segurança cibernética, tecnologia 5G, e outras tecnologias relacionadas à economia verde

- Acompanhar, debater e propor medidas para o desenvolvimento da indústria nacional na cadeia fornecedora de equipamentos para o mercado de Data Centers.
- Acompanhar, debater e propor medidas para o desenvolvimento de sistemas de armazenamento de energia por meio de baterias (BESS).
- Acompanhar e discutir temas que impactam a competitividade do comércio exterior e a inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.
- Discutir estratégias e ações para sanar os entraves e reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura e indústria de base.
- Discutir acordos comerciais, especialmente nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.
- Elaborar a agenda de propostas da infraestrutura para o próximo encontro dos BRICS.
- Acompanhar foros internacionais relevantes para a infraestrutura e indústria de base, tais como OMC, Mercosul, OCDE, União Europeia, entre outros.
- Apoiar e acompanhar a implementação da política de conteúdo local nos programas e projetos do Governo, principalmente, os contidos no PAC.
- Apoiar a aprovação do PL 6319/23, que cria o sistema de crédito de apoio às exportações de bens e serviços.



Infra social

— **Coordenador:** Ramon A. Pimenta
Ferreira (Accenture)

— **Coordenador Adjunto:** Ian Ramalho
(BNDES)



Objetivos

Discutir temas relacionados às Concessões e Parcerias Público Privadas nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Segurança Hídrica e Recreação. Esta iniciativa se destina a incorporar ao escopo, os temas relacionados com essa área que tem se aberto cada vez mais para o lado privado e em sintonia com as evoluções constantes da economia e com as oportunidades geradas pelos projetos inovadores.



Plano de ação

- Ampliação da participação dos entes privados nos Comitês: Promover a inclusão ativa de representantes do setor privado nos comitês de infraestrutura social, criando espaços para diálogo contínuo e troca de experiências.
- Avanço na Comunicação do Setor e Disseminação de Conhecimento: Desenvolver materiais e trilhas de conteúdo voltados à produção e divulgação dos benefícios do modelo de PPPs para infraestrutura social. Destacar cases de sucesso e experiências positivas, contribuindo para a disseminação do conhecimento e aprimorando a receptividade do tema junto à sociedade, gestores públicos e potenciais investidores.
- Expansão do Comitê: com atração de novos players do setor, considerando a aceleração da consolidação do mercado.

- Discussões estruturadas e criação de planos de propostas para as seguintes prioridades:
 - Consolidação dos modelos de garantias com uso de fluxos passantes de transferências constitucionais da União para os projetos de infraestrutura escolar e hospitalar (ex.: Fundeb, FNS, FPM, FPE e QSE).
 - Plano de comunicação do setor com a sociedade em geral.
 - Organização de eventos com a participação representantes e instituições do meio acadêmico.
 - Publicação de matérias na imprensa e artigos sobre infraestrutura social.



Inovação

— **Coordenador:** Mauricio Endo (Aegea)



Objetivos

Promover e incentivar a interação das empresas associadas da ABDIB com o Ecossistema de Inovação (*hubs, benchmarks, startups*, ICTs e CVC) para acelerar a transformação dos projetos e serviços de infraestrutura por meio da utilização de novas tecnologias, novas metodologias e fomentos à inovação, objetivando acelerar os ganhos de produtividade e a sustentabilidade dos projetos de infraestrutura nas fases de projeto, construção, financiamento, operação e manutenção dos ativos para reduzir o déficit e melhorar a qualidade dos serviços da infraestrutura nacional.



Plano de ação

- Realizar reuniões ou visitas bimestrais relacionadas aos temas do Ecossistema de Inovação: Especialistas em Inovação, Tecnologias Emergentes, Visitas a Hubs e ICTs e Pitch Day com Startups.
- Organizar reunião com representantes de órgão de Fomento à Inovação (FINEP, FAPESP, EMBRAPPII, BNDES) para explorar o uso de recursos subsidiados e a fundo perdido disponíveis.
- Organizar o evento “ABDIB Infratech Day 2026” com as empresas associadas classificadas no ranking das 150 empresas mais inovadoras do “Valor Inovação 2026” para compartilhar casos de sucesso e lições aprendidas.

Legal e tributário

— **Coordenador:** Marcio Alabarce (CCPA Advogados)

— **Coordenadora Adjunta:** Virginia Mesquita (Demarest Advogados)



Objetivos

Dar suporte jurídico às iniciativas de desenvolvimento de negócios da ABDIB, bem como aos demais comitês da entidade, em temas transversais que digam respeito a atividades estratégicas relacionadas à infraestrutura, contribuindo para a continuidade do ciclo virtuoso de investimentos observado nos últimos anos e para a superação dos gargalos ainda existentes no ambiente regulatório, fiscal e contratual.

A atuação do Comitê se organiza em três linhas complementares:

- **prospectiva**, voltada ao acompanhamento e ao aperfeiçoamento de marcos legais, regulatórios e normativos que impactem os setores de infraestrutura, especialmente diante da intensa agenda legislativa e institucional que marcou o ano de 2025;
- **reativa**, direcionada à solução de problemas concretos enfrentados pelas empresas associadas, bem como ao monitoramento de discussões judiciais e administrativas relevantes que possam afetar a segurança jurídica dos investimentos, a previsibilidade contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos projetos;
- **analítica e de debate**, destinada a aprofundar temas jurídicos estruturantes para o setor — tais como regimes de risco em contratos de longo prazo, impactos tributários sobre tarifas e reequilíbrios cautelares no epicentro da implementação da reforma

tributária, desafios decorrentes dos eventos climáticos extremos, políticas de mitigação e adaptação, autonomia das agências reguladoras e a consolidação de mecanismos de solução consensual de controvérsias e repactuação dos contratos.

Cumpra ao Comitê analisar e, sempre que demandado, dar suporte ao conselho de administração, a diretoria executiva e os associados quanto ao eventual ingresso da entidade como *amicus curiae* e à adoção de outras medidas estratégicas de natureza judicial ou institucional em temas de interesse coletivo.



Plano de ação

- Acompanhamento da regulação da reforma tributária e incorporação dos efeitos da Reforma aos Contratos de Concessão;
- Acompanhamento dos projetos de lei de reforma da legislação do Imposto de Renda, CSLL, consolidação da recém aprovada tributação de dividendos e tributação mínima global.
- Acompanhamento e atualização sobre a implementação e eventuais discussões da Nova Lei de Licitações e reformas na Lei de Concessões e PPPs.
- Acompanhamento da regulamentação das debêntures incentivadas e de infraestrutura, monitoramento de ameaças, e aperfeiçoamento dos demais instrumentos de acesso a crédito e financiamento da infraestrutura pelo mercado de capitais.
- Acompanhamento de propostas legislativas de interesse dos associados.
- Acompanhamento de novas modelagens, editais de concessão, especialmente no que concerne à matriz de risco e mecanismos de solução de controvérsias.
- Acompanhamento de discussões judiciais acerca de temas ligados à infraestrutura, especialmente incidência de IPTU em imóveis em concessão, inclusão de ISS na base de cálculo de PIS e de Cofins, dedução de materiais aplicados na construção civil na apuração de ISS, e modulações de efeitos das decisões judiciais.
- Acompanhamento da regulação de mercado de carbono, de modo a permitir o uso internacional desse mecanismo para financiamento e estruturação de projetos.
- Acompanhamento das discussões sobre renovação e relicitação dos projetos de concessão, especialmente junto ao TCU.
- Acompanhamento e aperfeiçoamento das regras sobre a utilização de precatórios para pagamento de outorgas, e implementação por Estados e Municípios.
- Acompanhamento das operações e aperfeiçoamento das regras relativas à securitização de créditos públicos, tendo em vista seu potencial de fomento a investimentos em infraestrutura.
- Acompanhamento da situação fiscal dos entes públicos em geral e do volume de investimentos desses entes na infraestrutura, sempre buscando direcionar o debate público para a proteção de um volume de investimentos.
- Acompanhamento de propostas relativas às agências reguladoras para evitar retrocessos.
- Acompanhamento das discussões sobre temas afins nos Comitês e Conselhos Tributários da CNI.
- Acompanhamento da inserção do tema infraestrutura (ou falta dela) nos debates e campanhas eleitorais que serão desenvolvidos no pleito eleitoral de 2026.

Mobilidade urbana

— **Coordenador:** Pedro Campos (Motiva)



Objetivos

Manter a interlocução com as autoridades governamentais para discussão de questões vinculadas à mobilidade nos centros metropolitanos, inclusive apoiando ações destinadas à concepção de mecanismos de gestão.

Contribuir com a melhoria contínua regulatória do setor e incentivá-la, no âmbito nacional e subnacional, com foco em segurança jurídica e sustentabilidade dos investimentos em novos projetos e em projetos existentes.

Discutir e disseminar boas práticas relacionadas a sustentabilidade, responsabilidade social, inovação, governança no setor de mobilidade, associada a estrutura financeira e de garantias dos projetos.



Plano de ação

- Dar visibilidade aos resultados do Estudo Nacional de Mobilidade Urbana em elaboração pelo BNDES e Ministério das Cidades, que mapeia necessidades de investimento em 21 regiões do país, discutindo formas de viabilização dos investimentos e atualizações do arcabouço regulatório, e discutir com base nos resultados, modelos de governança metropolitana adequados à realidade brasileira.
- Discutir Políticas Públicas que incentivem receitas acessórias como fator de viabilidade de projetos.
- Participar e promover fóruns de discussões, compartilhar o resultado de estudos com autoridades públicas e outros interessados a fim de difundir e contribuir com a

constituição de governanças metropolitanas, considerando a importância da estruturação de um regime jurídico adequado para as regiões metropolitanas, inclusive para suportar e viabilizar a estruturação de projetos de mobilidade.

- Ampliar temas a serem discutidos: Câmaras de compensação e bilhetagem, Financiabilidade de projetos, Promoção de fóruns e discussão, com agentes do setor e o Poder Público, as estruturas de garantias públicas para projetos de mobilidade urbana, Acompanhar o Marco Legal do Transporte Coletivo de Passageiros, em tramitação no Congresso, Discussão sobre atuação das agências reguladoras em transporte e Eletromobilidade e micromobilidade.
- Promover discussões sobre marcos regulatórios vigentes, em consulta pública e em tramitação nos Poderes Legislativos.
- Desenvolver propostas de medidas efetivas para contribuir com a diminuição de crimes relacionados a atos de vandalismo e roubos no transporte público (cabos, infraestruturas, veículos).



Portos

— **Coordenador:** Antonio Carlos Sepulveda (Santos Brasil)

— **Coordenador adjunto:** José Augusto de Castro (Tozzini Freire)



Objetivos

Promover iniciativas voltadas ao incremento dos investimentos na expansão da infraestrutura de portos, terminais e hidrovias e à melhoria do ambiente regulatório e de interação com órgãos de controle.



Plano de ação

- O Comitê contribuirá para que os investimentos previstos aconteçam em ambiente regulatório adequado, se multipliquem, permitam atender à demanda por movimentação crescente no modal aquaviário e tenham a rentabilidade projetada.
- O Comitê propõe-se a atuar com base nos mesmo pilares que orientaram sua atuação em 2025: Aprimoramento da governança e gestão portuária, Redução do custo de captação para investimentos e Descarbonização.
- Estabelecimento de uma agenda junto ao Ministério dos Portos e Aeroportos e à ANTAQ para discussões de temas de interesse (como melhorias na governança e na regulação).
- Acompanhamento e participação na tramitação do PL 733/2025 da Câmara dos Deputados, que discute a modernização do marco legal do setor.
- Acompanhamento do pipeline de investimentos para o setor, servindo o ambiente

das reuniões do Comitê para apresentação de informações sobre os principais ativos disponibilizados.

- Realização de reuniões periódicas de seus membros com convidados especiais (do setor público e do setor privado), nos temas com pertinência temática com os pilares do comitê, em especial sobre novidades do ponto de vista regulatório.

Recursos hídricos e saneamento básico

— **Coordenador:** Rogério Tavares (Aegea)

— **Coordenadora Adjunta:** Christianne Dias Ferreira (ABCON)



Objetivos

Monitorar e propor ações setoriais voltadas ao cumprimento das Metas de Universalização do atendimento, em 2033/2040, previstas no Marco Legal.



Plano de ação

- Contribuir com a nova versão do Decreto Regulamentador da Lei 11445/2007, a ser colocado em Consulta Pública pelo Ministério das Cidades.
- Acompanhar e, no que couber, apresentar contribuições, ao PL 3772/2024, que altera a Lei 11445/2007, permitindo que o Poder Concedente possa expandir o objeto de contratos, já celebrados, de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, para que mais componentes, notadamente serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e de manejo de resíduos sólidos urbanos, possam ser incluídos.

- Promover diagnóstico sobre a capacidade de resposta da cadeia de suprimentos, frente ao crescimento do volume de investimentos já programado para o setor, consoante as metas de universalização pactuadas.
- Acompanhamento dos processos de delegação de serviços a operadores privados, privados.
- Fomentar o debate sobre alternativas para a delegação de serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas a operadores privados: escopo; critérios para cobrança de tarifas ou taxas; modelagens possíveis.
- Acompanhamento do processo de edição das normas de referência da ANA.
- Monitorar as políticas públicas relacionadas ao enfrentamento de eventos climáticos extremos e seu reatamento no setor de saneamento.
- Monitorar o processo de regionalização dos serviços de saneamento.
- Debater e divulgar as experiências em curso sobre reuso de água e resiliência hídrica.
- Articular eventos para discussão dos principais temas do setor, com atores do Governo Federal, Estados Municípios, Associações, Organizações Multilaterais, Instituições Financeiras, MP/TCU e Judiciário.



Resíduos sólidos

— **Coordenador:** Carlos Villa (Solvi)

— **Coordenador Adjunto:** Pedro Maranhão (ABREMA)



Objetivos

Apresentar às autoridades e discutir com a sociedade um conjunto estruturado de sugestões, ações e propostas concretas destinadas à modernização do setor de resíduos sólidos.

A pauta de trabalho e as reflexões propostas abrangem os eixos temáticos considerados prioritários para a transformação do setor, com destaque para a garantia da sustentabilidade econômico-financeira das operações, com a cobrança da taxa/tarifa dos serviços de gestão de resíduos, o fomento a soluções tecnológicas inovadoras para a valorização de resíduos – com ênfase no biometano e no Combustível Derivado de Resíduos (CDR) –, a mobilização de instrumentos econômicos como os créditos de carbono, o desenvolvimento e contínuo aperfeiçoamento da governança pública do setor e a busca por um ambiente de maior segurança jurídica para os investimentos e para a atividade empresarial.



Plano de ação

- Dialogar com a sociedade a respeito da importância da sustentabilidade do setor tendo como base publicações técnicas à respeito da Implementação da Cobrança tarifa/taxa dos serviços para o desenvolvimento sustentável da gestão de resíduos sólidos nas cidades, implementando a figura dos serviços envolvidos como *utilities*.
- Apoiar e estimular a constituição de Índices Setoriais de Preços (ISPs), dado o papel crucial que os mesmos têm no âmbito da Lei 14.133/21.
- Contribuir para o aperfeiçoamento do Marco do Saneamento, em futuras revisões e adequações, que incorporem as particularidades do manejo de resíduos sólidos, bem como a inclusão de todas as atividades que fazem parte da cadeia de geração de valor da qual ela faz parte.
- Fortalecer o MTR eletrônico (Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos) nos Estados já implantados e acelerar a implantação em novos Estados, promovendo cada vez mais a utilização deste importante sistema como ferramenta efetiva de fiscalização para os órgãos ambientais.
- Contribuir para o desenvolvimento de um mercado de CDR – Combustível Derivado de Resíduos, por meio de parcerias com órgãos ambientais, fornecedores e potenciais clientes, subsidiando o aperfeiçoamento de normas e instrumentos legais que possibilitem oferecer regramento no processo de validação, produção e comercialização, com segurança para a saúde humana e o meio ambiente.
- Potencializar os créditos de reciclagem não limitando o conceito apenas para a recuperação mecânica de secos e sim incluir a recuperação bioenergética, contribuindo assim na geração de créditos de reciclagem para outras formas de valorização como o CDR, biometano, entre outros.
- Fomentar ações em conjunto com autoridades locais, empresas e a sociedade, para erradicação de lixões a partir da identificação dos aterros sanitários existentes que possibilitem proporcionar uma destinação adequada e a possibilidade do encerramento desses vazadouros a céu aberto. Concomitantemente, implementar na região projetos de coleta seletiva para garantir a extensão da vida útil dos aterros sanitários e a estruturação da indústria da reciclagem, com a inclusão dos catadores em condições adequadas de trabalho.

- Contribuir na revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Planares, adequando os valores adotados tomando por base o que efetivamente avançou nos últimos 4 anos, ajustando projeções nacionais, inclusive frente aos benchmarkings internacionais utilizados anteriormente, quanto a geração e tratamento de resíduos sólidos, compreendendo inclusive parâmetros de viabilidade econômico-financeiros.
- Através da lei do Combustível do Futuro, que deve estabelecer percentuais cada vez maiores de substituição do gás natural pelo biometano, fomentar a produção e utilização do biometano de origem de aterros sanitários, incentivando a adoção desse combustível renovável entre os diversos segmentos da indústria e nos modais de transporte logístico.
- Promover o desenvolvimento do mercado de carbono nacional, fazendo com que seja reconhecido o papel mitigador do setor e por consequência seu valor, para atender às demandas de compensação no Brasil e em outros países, por meio dos Artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris.

Rodovias

— **Coordenador:** Gustavo Barreto (Motiva)

— **Coordenador Adjunto:** Luis Baeta (Aroeira Salles Advogados)



Objetivos

Garantir condições para a realização de investimentos públicos e privados em rodovias, atendendo à crescente demanda logística do país.

Contribuir para a melhoria contínua do marco regulatório do setor, em âmbito nacional e

subnacional, com foco em segurança jurídica e sustentabilidade dos investimentos, tanto em novos projetos quanto nos já existentes.

Promover e disseminar boas práticas relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social, inovação e governança no setor rodoviário, integradas à estrutura financeira e aos mecanismos de garantia dos projetos.



Plano de ação

O plano de ação do Comitê está estruturado em quatro pilares, alinhados aos objetivos estratégicos do comitê. A partir deles serão definidas ações específicas, como reuniões de trabalho, workshops, notas técnicas e posicionamentos. Os pilares são:

Segurança jurídica e regulatória

- Contribuir para o avanço de normas técnicas relevantes, com impacto setorial, por meio de mecanismos formais de participação e controle social, fomentando inovação e evolução das agendas regulatórias.
- Ampliar discussões sobre governança e segurança jurídica nos âmbitos estadual e municipal, disseminando boas práticas regulatórias, como criação, revisão e consolidação do arcabouço normativo.
- Desenvolver iniciativas que garantam uma agenda regulatória clara e acessível.

Diálogo e consensualismo entre o poder público e agentes regulados

- Propor melhorias no programa de concessões de rodovias e políticas públicas, com vistas a trazer sustentabilidade e competitividade para novos projetos.

- Ampliar a interação com órgãos de controle, especialmente o TCU, para evolução nas modelagens de projetos e soluções consensuais no âmbito da corte de contas.

Financiabilidade, Planejamento e Licenciamento Ambiental dos Projetos de Infraestrutura

- Ampliação da oferta de modelos de '*project finance*', com o aumento da oferta de '*parcial*' ou '*non recourse*', já praticados no mercado internacional.
- Ampliar o diálogo para incentivar a realização de investimentos públicos nas rodovias não concedidas, com foco em mecanismos de financiamento público e vinculação de receitas/outorgas.
- Contribuir para a elaboração de políticas públicas de planejamento de médio e longo prazos destinados ao setor de rodovias.

Esg e inovação

- Participar da formulação de propostas relacionadas às agendas climáticas, promovendo infraestrutura resiliente, sustentável e alinhada à economia de baixo carbono.

de sustentabilidade, governança corporativa e impacto social positivo.

Fomentar o alinhamento das empresas com as metas climáticas globais e nacionais: orientar as indústrias na integração das metas das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) brasileiras e das discussões das COPs, incluindo as decisões e direcionamentos provenientes da COP-30, destacando as implicações para o setor industrial.

Acompanhar e influenciar regulações ambientais e climáticas: monitorar as mudanças regulatórias relacionadas ao mercado de carbono, políticas de transição energética e incentivos à economia circular, atuando como uma voz ativa para defender os interesses das indústrias associadas.

Promover discussões sobre o impacto das mudanças climáticas e estimular ações preventivas (mitigação e adaptação), investimentos em infraestrutura sustentável que tornem as indústrias mais preparadas para os desafios das mudanças climáticas e seus impactos.

Identificar, avaliar e apoiar o setor na busca de soluções dos problemas identificados no âmbito do licenciamento ambiental, nos diversos níveis federativos, que causam insegurança jurídica e conflitos judiciais devido à dubiedade ou ausência de legislação específica.

Sustentabilidade

— **Coordenadora:** Karin Formigoni (Arcadis)

— **Coordenador adjunto:** Henrique Paiva (Siemens Energy)

Objetivos

Promover o compartilhamento de boas práticas ESG: facilitar o intercâmbio de experiências e soluções inovadoras entre as empresas associadas, destacando estratégias bem-sucedidas



Plano de ação

- Mapear as práticas ESG das empresas participantes e identificar gaps em relação às metas climáticas (NDCs, COPs): criar um banco de boas práticas de ESG com exemplos nacionais e internacionais, realizar Manual de boas práticas ESG da ABDIB por setor e criar um relatório anual com resultados obtidos pelas empresas associadas em dimensões do ESG a definir.



- Discutir temas relevantes associados a Regulações e Tendências:
 - Acompanhar o avanço do mercado de carbono e novas regulações ambientais que tragam impacto às indústrias, com o apoio da estrutura de comunicação da ABDIB.
 - Quando for identificado tema de relevância e interesse para as empresas, promover palestras com especialistas que possam auxiliar no entendimento de regulações ou tendências interessantes (ex: NDCs brasileiras e o impacto das COPs para o setor industrial).
- Mudanças Climáticas e o impacto na indústria:
 - Promover rodas de discussão sobre os impactos das mudanças climáticas e como promover análises de risco ao negócio, em transversalidade com o comitê de riscos.
- Conscientizar as empresas em relação à necessidade de medidas de mitigação (descarbonização), adaptação e resiliência (ações preventivas e gestão de risco).
- Divulgação e Engajamento:
 - Lançar uma campanha de comunicação ao final do ciclo destacando as ações das associadas em ESG e criando maior engajamento dos membros do Comitê.
 - Promover a discussão sobre as melhores práticas e agenda ESG e o papel do setor de infraestrutura nas políticas relacionadas às mudanças climáticas e sustentabilidade como um todo e propor encaminhamentos.
 - Buscar sempre atualizações para as empresas participantes das legislações relacionadas a ESG no âmbito Global (como CBAM e Deforestation act) de forma a antecipar o que as empresas brasileiras devem se preparar.

Transição energética

— **Coordenador:** Marcio Zapater (Promon)

— **Coordenadora adjunta:**

Maria João Pereira Rolim

(Rolim, Goulart, Cardoso Advogados)



Objetivos

Acompanhar e contribuir para as diversas temáticas relacionadas à agenda federal da transição energética e descarbonização da indústria.

Assessorar e subsidiar a ABDIB em sua estratégia e agenda de participação na Conferência das Partes realizada anualmente.

Promover discussão das temáticas relevantes para subsidiar as estratégias de transição energética e descarbonização dos associados da ABDIB.

Suportar a divulgação de iniciativas de sustentabilidade dos associados da ABDIB.



Plano de ação

- Realização de seminários, workshops e reuniões periódicas abordando temas relevantes para a agenda, e, quando adequado, em coordenação com os demais Comitês da ABDIB, incluindo, mas não se limitando às seguintes temáticas:
 - Regulamentação da Legislação de Bio-combustíveis do Futuro de o hidrogênio de baixo carbono;
 - Evolução dos Mercados de Carbono regulado e voluntário, regulamentação do Sistema brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) e mecanismos estabelecidos no Acordo de Paris;
 - A evolução dos minerais críticos no Brasil e seu papel na transição energética, incluindo regulação e incentivos.

- Sustentabilidade no setor de transportes, evolução da eletrificação, combustíveis renováveis, priorização de modais mais eficientes, regulação e novas tecnologias.
- Armazenamento de energia elétrica: tecnologias, aplicações, regulação e formas de contratação.
- Data Centers: demanda de energia, impactos no sistema elétrico e mitigantes para sustentabilidade e segurança energética.
- Descarbonização da indústria: iniciativas que vão além de contratação de fontes de energia renovável e incluem eletrificação, combustíveis de baixo carbono, eficiência energética, entre outros.
- Evolução do modelo do setor elétrico face aos temas sustentabilidade, segurança energética e justiça energética; tecnologias e regulação para maior inserção de fontes renováveis na matriz energética, incluindo a mitigação de *curtailment*.

- Acompanhar a implementação dos resultados da COP 30: Pacote de Belém apresentou um conjunto de 29 decisões em temas como transição justa, financiamento da adaptação, comércio, gênero e tecnologia.

Transmissão

— **Coordenador:**

Carlos Adolfo de Souza Pereira (ABDIB)



Objetivos

Identificar, propor e apoiar medidas que viabilizem investimentos de expansão e modernização da transmissão, face à sua importância estratégica para o processo de transição energética, bem como ações que visam garantir a sustentabilidade do setor de transmissão de energia elétrica.



Plano de ação

- Aprimorar e consolidar o modelo regulatório. Contribuir proativamente na agenda regulatória do setor de transmissão de energia elétrica, atuando no sentido de influenciar construtivamente e promover amplo debate para que o setor se torne cada vez mais atrativo, eficiente e estável, com foco no respeito aos contratos e na previsibilidade regulatória. Dentre os principais temas para o ano de 2026 cabe ressaltar:
 - **Inadimplência Setorial:** reduzir impactos financeiros e riscos regulatórios decorrentes de inadimplência de agentes.
 - **Licenciamento Ambiental:** modernização dos processos de licenciamento para evitar atrasos críticos em projetos e permitir o fortalecimento da infraestrutura.
 - **Excludente de Responsabilidade:** garantir reconhecimento regulatório para eventos climáticos, furtos e sabotagens, impacto por máquinas agrícolas e outros.
 - **Incentivo ao Desenvolvimento de Outras Receitas:** criar mecanismos regulatórios e institucionais que permitam às transmissoras desenvolverem novas fontes de receita com maior retenção dos valores gerados, reduzindo a obrigação de reversão para modicidade tarifária, sem comprometer a sustentabilidade do setor.
 - **Reforma Tributária:** avaliar e atuar junto às diversas instituições envolvidas, com vista aos reais impactos e eventuais medidas que possam atenuar as consequências da Reforma Tributária em implementação no Brasil.
 - **Concessões Vincendas:** acompanhar próximas etapas do processo de regramento dos contratos em final de prazo de concessão, com garantia de indenizações justas sobre investimentos não amortizados, bem como renovações ou relicitações que assegurem a continuidade operacional do sistema interligado.
- **Fortalecer a transmissão para a transição e transformação energética:** dotar o SIN de maior resiliência e flexibilidade para fazer frente à variabilidade das fontes de geração. Dessa forma a incorporação de novas soluções e tecnologias, bem como medidas que contribuam para maior robustez frente a eventos climáticos extremos.
- **Buscar a competitividade e liberdade econômica:** exercer permanente diálogo e articulação junto a órgãos de governo, associações de fornecedores e de fabricantes, instituições financeiras e outras instituições, de forma a garantir as condições necessárias para a efetivação dos programas de expansão e modernização da transmissão, sempre privilegiando princípios de liberdade econômica vigentes. Destaca-se, ainda, o estímulo a ações relacionadas ao programa de treinamento e capacitação de mão de obra especializada, para montagem de linhas de transmissão e subestações, em parceria com Senai, Abrate e outras instituições.
- **Governança setorial:** manter permanente diálogo com as diversas instituições do setor elétrico, tendo em vista o papel fundamental da ABDIB como representante do setor de infraestrutura nacional, buscando estabelecer canal permanente de interlocução com entidades como MME, EPE, ONS e ANEEL, além de outras instituições afins.

ENCONTROS E DEBATES

Autoridades e especialistas que marcaram presença nos eventos e nas reuniões dos Comitês da ABDIB em 2025



O senador **Alan Rick**, (UNIÃO-AC) e a diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico — ANA, **Verônica Sanches Rios**, falaram ao Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico sobre a importância do Licenciamento Ambiental e da necessidade de ampliação das PPPs para elevar os índices de acesso à água potável e ao esgotamento sanitário no país.



Alex Sandro Ávila, secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos, falou em reunião do Comitê dos Portos sobre os planos de ampliação e modernização do porto de Santos.



Anna Clara Yaginuma, Subsecretária de Reconstrução do Rio Grande do Sul, apresentou ao Comitê de Infraestrutura o projeto de PPP do Novo Hospital Estadual de Viamão. Com 350 leitos de média e alta complexidade, o hospital atende apenas pelo SUS. O investimento estimado é de R\$ 795 milhões.



Denis Eduardo Andia, secretário nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, falou ao Comitê de Mobilidade Urbana, sobre os investimentos em infraestrutura urbana no PAC, destacando recursos para renovação da frota de ônibus e a expansão de linhas de metrô, VLTs e trens.



Eduardo Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, apresentou o Atlas de Territórios Brasileiros para Parcerias Público-Privadas de Cidades Inteligentes, em reunião do Comitê de Iluminação Pública e Cidades Inteligentes.



Eliane Detoni, Secretária Especial de Parcerias Estratégicas do Estado de Mato Grosso do Sul, expôs ao Comitê de Infraestrutura Social o projeto de PPP do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. O projeto prevê obras civis, novos equipamentos médico-hospitalares e a prestação de serviços não assistenciais.



Felipe Borim, Superintendente de Infraestrutura do BNDES, falou ao Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias sobre os novos instrumentos de financiamento à infraestrutura oferecidos pelo banco.



Fernanda Rodrigues de Moraes, procuradora federal da Advocacia Geral da União — AGU e chefe da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades, discutiu no Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento a proposta de Revisão do Decreto 7217/2010. A proposta inclui as metas de universalização do saneamento para áreas urbanas e rurais.



Fernando Bezerra, superintendente de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT apresentou ao Comitê de Rodovias a agenda da Superintendência. Para 2025 estava prevista a elevação de 29 para 33 o número de contratos de concessão rodoviária sob fiscalização da agência.



Gabriela Avelino, subsecretária de Planejamento e Fomento do Ministério dos Transportes, apresentou ao Comitê de Rodovias as etapas do Plano Nacional de Logística 2050. A proposta do novo PNL é fazer um diagnóstico detalhado das deficiências logísticas como uma etapa anterior à definição das obras prioritárias.



Guilherme Zanetti, diretor de Planejamento e Outorgas de Transmissão e Distribuição do Ministério das Minas e Energia, apresentou ao Comitê de Transmissão as perspectivas de novos investimentos no setor. A expansão começa em 2026 e acrescentará mais de 31 mil quilômetros à rede, elevando o sistema de 187 mil quilômetros em 2024 para 218 mil quilômetros até 2034.



José Luís Gordon, Diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, em reunião do Comitê de Indústria e Relações Internacionais, apresentou as ações do banco de fomento no âmbito do programa Nova Indústria Brasil. O objetivo é fomentar a neoindustrialização do país. Durante a reunião, o diretor destacou a atuação do banco na retomada da política industrial do país. O BNDES tem atuado por meio do Plano Mais Produção como um importante agente financiador na retomada da política industrial.



José Reinaldo Carneiro Tavares, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos do Maranhão, em reunião conjunta dos comitês de Ferrovias, Portos e Financiamento, apresentou o projeto do Corredor Logístico Ferrovia Norte-Sul + Porto de Alcântara como solução estratégica para o escoamento da produção nacional.



Laís Menegon Youssef, da Agência de Transportes do Estado de São Paulo — Artesp, apresentou aos comitês de Mobilidade Urbana e de Rodovias a agenda regulatória paulista, que amplia os mecanismos de participação do setor privado nas concessões rodoviárias.



Luciana Costa, diretora de Infraestrutura e Mudança Climática do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, em reunião do Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias debateu as inovações financeiras do BNDES para infraestrutura, com destaque para debêntures faseadas e a redução de custos de financiamento.



Marcelo Bruto, Secretário Executivo de Parcerias e Projetos Estratégicos de Pernambuco, apresentou ao Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento o projeto de saneamento do estado. Trata-se de uma concessão de água e esgoto em 174 municípios com Capex estimado de R\$ 19 bilhões.



Nicola Khoury, Secretário de Controle Externo de Solução Consensual do Tribunal de Contas da União, falou ao Comitê de Aeroportos sobre as repactuações e relitações de concessões aeroportuárias. As soluções consensuais mediadas pela Secex-Consenso comprovam que o diálogo é o caminho favorável para que o interesse público prevaleça.



Ricardo Correa, Superintendente de Planejamento e Saneamento de Goiás, apresentou ao Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento o projeto de concessão de esgotamento sanitário do estado. O certame tem Capex estimado em R\$ 5,9 bilhões. O leilão está previsto para o primeiro trimestre de 2026.



Roger Pêgas, Superintendente de Rodovias da Agência de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP, apresentou ao Comitê de Rodovias e apresentou a nova estrutura de governança da agência. A ARTESP deixou de ter diretorias setoriais e passou a ter uma diretoria colegiada, suportada por 10 superintendências temáticas que serão responsáveis pelos assuntos operacionais.



Rogério Ceron, Secretário do Tesouro Nacional, apresentou ao Comitê de Financiamento, Fundos Riscos e Garantias o Brasil Ecoinvest, programa criado para atrair investimentos privados estrangeiros para a transformação ecológica do país. O programa busca promover a atração de investimentos privados estrangeiros para projetos de transformação ecológica do país, com incentivos no âmbito de 4 sublinhas de crédito: Blended Finance, Liquidez Cambial, Proteção Cambial e Estruturação de Projetos.



Túlio Marcus Machado Alves, diretor executivo da Comissão de Integração Energética Regional — CIER, falou ao Comitê de Transmissão sobre as ações para integração energética da América Latina e Caribe, com foco nas interconexões dos sistemas nacionais.



Vitor Costa, Subsecretário de Concessões e Parcerias de Minas Gerais, apresentou ao Comitê de Infraestrutura Social o Projeto PPP Complexo de Saúde HoPE. O projeto contará com infraestrutura integrada de saúde pública e com o Laboratório Central de Saúde Pública de Minas Gerais.



Verônica Sanches, diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico — ANA expôs ao Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico os eixos temáticos da agência para 2025 e 2026. No período, a agência trabalhará com nove eixos temáticos. Entre os eixos estão, por exemplo, a questão da drenagem urbana e a estrutura tarifária do setor, com o desafio para a regulação da tarifa social.



Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário e **Fernanda Penteado**, diretora do Departamento de Outorgas Rodoviárias, falaram ao Comitê de Rodovias sobre o pipeline de concessões rodoviárias para 2025. A intenção era levar a leilão 15 trechos rodoviários, com um total de mais de 6.800 km e Capex estimado em R\$ 74 bilhões.

PRESENÇA INSTITUCIONAL DA ABDIB

Ao longo do ano, as posições da ABDIB foram levadas, apresentadas e discutidas em eventos promovidos por entidades públicas e privadas em diversas ocasiões. Nesses encontros, a entidade reafirmou sua defesa em prol da segurança jurídica para os investimentos privados em infraestrutura, reforçou a importância da autonomia das agências reguladoras e de órgãos como o IBAMA; da

racionalização dos gastos públicos com a redução das emendas parlamentares, com a consequente ampliação dos investimentos públicos em projetos de interesse estratégico para o desenvolvimento, um modelo fiscal que não penalize os investimentos em infraestrutura, o novo marco regulatório do setor elétrico, e também, a presença na COP30.



BALANÇO DA NIB

A ABDIB, que integra o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial — CNDI —, que elaborou o programa Nova Indústria Brasil — NIB —, recebeu do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços — MDIC — o documento que detalha os resultados dos dois primeiros anos do programa. O material faz o acompanhamento de cada uma das seis missões do programa e fala do papel do CNDI como articulador entre o governo, a sociedade civil e o setor produtivo para definição da estratégia de adensamento das cadeias produtivas.

FÓRUM TÉCNICO SETORIAL

O Ministério de Minas e Energia — MME — realizou em fevereiro, em Brasília, o Fórum Técnico Setorial. A iniciativa é uma parceria com a Associação das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica — Abrate — e a Associação Brasileira da Infraestrutura de Base — ABDIB — para que representantes do setor elétrico nacional e do Governo Federal discutam os desafios para a governança das infraestruturas de transmissão de energia elétrica.



ABDIB NO COINFRA, DA FIESP

O presidente executivo Venilton Tadini e o diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, apresentaram ao Conselho Superior de Infraestrutura – Coinfra – da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP –, dia 21 de março, o diagnóstico e as previsões da entidade em relação à infraestrutura brasileira. O encontro contou com a presença do presidente do Coinfra, Murilo Passos, e do presidente do Conselho Superior da Indústria de Construção – Consic – Eduardo Capobianco. A reunião foi coordenada pelo vice-presidente do Coinfra, Júlio Ramundo.

LANÇAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO BID

O presidente executivo da ABDIB Venilton Tadini participou, dia 3 de abril, no auditório da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, do evento de lançamento do Plano Estratégico 2024-2027 do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Além do presidente da ABDIB, a mesa foi composta pelo economista Gesner Oliveira, pesquisador do Instituto de Inovação em Seguros e Resseguros da FGV; Daniel Ricas, especialista do BID, Joisa Dutra, diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura – FGV CERI – e Silvana Bianco, diretora de Infraestrutura e Energia na IDB Invest. A moderação coube a Goret Pereira Paulo, da Diretoria de Pesquisa e Inovação da FGV.

2º ENCONTRO REGIONAL DE DISCUSSÃO DO PNL – 2050

O coordenador de economia, Frederico Barreto, representou a ABDIB no 2º Encontro Regional de Discussão do Plano Nacional de Logística (PNL 2050), realizado em Cuiabá, em 16 de março. No evento, o Ministério dos Transportes apresentou a estrutura de trabalho prevista, seguindo as fases de levantamento de insumos, diagnóstico, definição de objetivos e cenários.

CICLO DE SEMINÁRIOS BRASIL RUMO À COP 30

O Presidente- executivo da ABDIB, Venilton Tadini, esteve presente na 5ª edição do Ciclo de Seminários Brasil Rumo à COP 30, organizado pelo Grupo Motiva, e que apresentou os resultados de um estudo inédito, produzido pela Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, para mitigar as emissões de toda a cadeia de valor da mobilidade e apoiar o País no alcance das metas assumidas por ocasião da Conferência das Partes. Falando sobre a contribuição de cada vertical da cadeia de valor dos transportes para a mitigação das emissões do setor, Venilton Tadini esteve ao lado de Ronei Glanzmann, Presidente do MoveInfra, Gabriela Costa, Diretora-executiva da ATP, Luís Fernando Resano, Diretor-executivo da ABAC e Jesualdo Conceição Silva, Diretor-presidente da ABTP aonde debateram sobre Infraestrutura de Logística e Transportes.

COMEMORAÇÕES DO DIA DA INDÚSTRIA

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou, no dia 26 de maio, no auditório do BNDES, no Rio de Janeiro, de um evento em comemoração do Dia da Indústria, com foco no programa Nova Indústria Brasil. O evento foi aberto pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e contou com a presença do ministro da Fazenda Fernando Haddad e do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria e Gleisi Hoffmann, ministra das Relações Institucionais também estiveram presentes.

Tadini participou do terceiro painel, que discutiu Exemplos de Sucesso da Reindustrialização Nacional e, em sua apresentação, abordou o tema Infraestrutura e os Desafios para a Expansão Industrial.



CAMBI VIEX, EM SÃO PAULO

O diretor de economia e planejamento da ABDIB, Roberto Guimaraes, participou do 8º Congresso Ambiental – CAMBI VIEX em São Paulo. Dividindo o painel “Destravando a Infraestrutura para um Futuro de Baixo Carbono” com Camila Fernandes, da ABRAGE, Leonardo Maciel, ex-Secretário de Infraestrutura Econômica do PPI da Casa Civil, Leonardo Mercante, da Suzano e Rodrigo Ashiuchi, Secretário do Verde e Meio Ambiente da Cidade de São Paulo, Roberto apresentou as boas perspectivas de crescimento dos investimentos em infraestrutura no Brasil.

CONGRESSO DO CIMENTO

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou, no dia 2 de julho, do 9º Congresso Brasileiro do Cimento. Promovido pela Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP – e pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, o evento teve como tema “a indústria do cimento e seu papel transformador para um mundo ecoeficiente”. Em sua apresentação, Tadini destacou o momento positivo que a infraestrutura brasileira vem atravessando, com recordes sucessivos de investimentos nos últimos anos. Em 2024, foram R\$ 253 bilhões – mais de 70% provenientes de recursos privados.

SEMINÁRIO SOBRE USINAS REVERSÍVEIS

O diretor de Comitês José Maria de Paula Garcia representou a ABDIB no seminário promovido pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico – GESEL – da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – que, no dia 26 de junho, discutiu a Cadeia Produtiva de Usinas Hidrelétricas Reversíveis – UHR. O encontro teve como objetivo recolher contribuições dos integrantes da cadeia produtiva para o Marco Institucional do Setor Elétrico Brasileiro e colaborar na formulação das diretrizes para a construção de hidrelétricas reversíveis.

EVENTO LOGÍSTICA NO BRASIL

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou do evento Logística no Brasil – São Paulo, promovido pelo jornal Valor Econômico com apoio do Ministério dos Transportes. A iniciativa reuniu autoridades e representantes do setor para discutir os desafios da infraestrutura nacional e os caminhos para superar os gargalos logísticos do país.

Tadini integrou o painel “A visão do setor produtivo: gargalos logísticos e prioridades para a infraestrutura brasileira até 2050”, ao lado de Vander Costa, presidente da CNT, José Rebelo III, diretor-presidente da ABANI, Jorge Bastos, diretor-presidente da Infra S.A., e Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos.

SEMINÁRIO LIDE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou, dia 1º de agosto, do Seminário LIDE – Infraestrutura e Saneamento, promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), na Casa LIDE, em São Paulo. O evento reuniu autoridades públicas, especialistas e executivos do setor privado para debater os desafios e oportunidades no avanço da infraestrutura e na universalização dos serviços de saneamento no Brasil. Tadini integrou o primeiro painel do seminário, que discutiu “A nova fase de investimentos no Brasil com as concessões e PPPs de infraestrutura”, ao lado de Arnaldo Jardim (deputado federal – Cidadania/SP), Rafael Benini (secretário de Estado de Parcerias em Investimentos de São Paulo), Marco Aurélio Barcelos (presidente da ABCR) e Carlos Piani (CEO da Sabesp).

EM DEFESA DA INFRAESTRUTURA

A ABDIB, representada pelo presidente executivo Venilton Tadini e pelo diretor de Planejamento e Economia Roberto Guimarães, manteve encontros com parlamentares federais, nas quais reafirmou as posições em defesa da infraestrutura brasileira em relação às proposições da Medida Provisória 1303/25, que oneram o custo de captação de recursos para investimentos no setor. As agendas foram com o deputado Carlos Zarattini (PT/SP), relator da MP, no dia 8 de agosto, e com os deputados Rui Falcão (PT/SP) e Eduardo Bandeira de Mello (PSB/RJ), no dia 12 de agosto.

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, NA KPMG

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou do evento “Infraestrutura: desafios, perspectivas e oportunidades de investimento”, em 21 de agosto, na sede da KPMG Brasil, em São Paulo. Tadini destacou que o Brasil vive atualmente um novo ciclo de crescimento da infraestrutura, comparável apenas ao início da segunda década de 1970, mas com maior maturidade.

Além de Tadini, participaram do painel Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário, Marcello Guidotti, Presidente da Ecorodovias, e Jose Cassaniga, Presidente do Grupo EPR, sendo moderado por Tatiana Gruenbaum, sócia-diretora e líder do segmento de infraestrutura da KPMG no Brasil.



LANÇAMENTO DA NOVA FÁBRICA DA HITACHI ENERGY

A ABDIB compareceu, no dia 26 de agosto, ao evento que marcou o lançamento da pedra fundamental da nova fábrica da Hitachi Energy, associada da ABDIB, em Pindamonhangaba (SP). O encontro reuniu autoridades e especialistas do setor para conhecer o projeto das novas instalações e debater o papel da iniciativa privada na transição energética rumo à COP30. A nova fábrica faz parte de um programa global que prevê investimentos no Brasil de R\$ 6 bilhões e 15.000 novas contratações até 2027.

ABDIB DISCUTE TAXAÇÃO DAS DEBÊNTURES

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou dia 2 de setembro, em Brasília, de um café da manhã com o deputado Carlos Zarattini (PT/SP), relator da Medida Provisória 1.303, de 2025, que aumenta a carga tributária sobre as Debêntures Incentivadas, as Debêntures de Infraestrutura e as Letras de Crédito de Desenvolvimento — mecanismos essenciais para a infraestrutura. O encontro aconteceu na sede do Instituto Brasileiro de Infraestrutura e foi mediado por Ronei Glanzmann, CEO do MoveInfra.

AUDIÊNCIA PÚBLICA NO CONGRESSO

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou na quarta-feira, dia 3 de setembro, de uma audiência da Comissão Mista que analisa a Medida Provisória 1303/2025 — que estabelecia a tributação para as Debêntures Incentivadas, as Debêntures de Infraestrutura, as Letras de Crédito de Desenvolvimento do BNDES e outros títulos. A reunião foi presidida pelo senador Renan Calheiros (MDB/AL) e contou com a presença do relator da matéria, deputado Carlos Zarattini (PT/SP), do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) e de outros parlamentares.

ABDIB E PPI ASSINAM PROTOCOLO DE INTENÇÕES

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e o secretário Marcos Cavalcanti, da Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos — PPI, assinaram dia 10 de setembro, em Brasília, um Protocolo de Intenções com a finalidade de trocar informações para facilitar o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, de logística e transportes no Brasil.

BNDES DISCUTE MERCADO DE CAPITAIS, COM PRESENÇA DA ABDIB

O Coordenador de Economia da ABDIB, Frederico Barreto, esteve presente no evento “O papel do BNDES no fomento ao Mercado de Capitais”, realizado na quarta-feira, 24 de setembro, no Rio de Janeiro. O encontro contou com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin, do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, além de executivos de dirigentes e executivos de instituições como Febraban, XP, BTG e Itaú.

NÚMEROS DA ABDIB SUSTENTAM DISCUSSÕES SOBRE FERROVIAS

O ministro dos Transportes, Renan Filho, se apoiou em dados da ABDIB para mencionar, durante o primeiro dia do evento IX Brasil nos Trilhos, Sustentabilidade em Movimento, o expressivo volume de investimentos em infraestrutura registrado recentemente no país. Promovido pela Associação Nacional dos Transportes Ferroviários — ANTF, o evento foi aberto dia 1º de outubro e contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho e do Secretário de Ferrovias Leonardo Ribeiro, a diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa, entre outras autoridades e executivos do setor ferroviário. A ABDIB foi representada pelo coordenador de economia Frederico Barreto.

ABDIB DEBATE SEGUROS EM EVENTO PREPARATÓRIO PARA A COP-30

O diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, participou dia 8 de outubro, em Brasília, de um evento preparatório para a COP-30, que acontece no próximo mês em Belém, promovido pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros — CNSeg. Guimarães participou do painel “Seguros para

Soluções Baseadas na Natureza e Agronegócio Sustentável”. O painel teve como moderador o diretor de Relações Institucionais da CNSeg, Esteves Colnago.

ABDIB FALA SOBRE INVESTIMENTOS EM EVENTO DA AESABESP

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou dia 23 de outubro, do 36º Encontro da AESabesp — Congresso Nacional de Saneamento e Meio Ambiente. O evento foi promovido pela Associação dos Engenheiros da Sabesp — AESabesp —, em parceria com a Associação dos Especialistas em Saneamento — AESAN —, teve como tema: “Saneamento e Inovação: pilares para um futuro resiliente e sustentável”.

Tadini participou do painel “Universalização do Saneamento: O Papel e a Visão dos Fornecedores” — que teve como moderadora a CEO da Pieralisi do Brasil e presidente do Sindicato Nacional de Equipamentos para Saneamento Básico e Ambiental (Sindesam), Estela Testa.



ABDIB DISCUTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA EM BRASÍLIA

Com a participação de representantes de diversas empresas associadas, a ABDIB realizou reuniões com autoridades do Ministério de Minas e Energia — MME e da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, no dia 6 de novembro, em Brasília.

No ministério, o encontro se deu com o Secretário Nacional de Energia Elétrica, João Daniel de Andrade Cascalho, e assessores. Na ocasião, a ABDIB apresentou os principais temas que envolvem o setor de transmissão de energia elétrica e fez sugestões para adequada condução das respectivas soluções.

EVENTO DA REVISTA EXAME

O diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, participou, no dia 2 de dezembro, do Fórum Infraestrutura—Cidades e Investimentos. Realizado pela revista Exame, o evento foi aberto pelo editor de Macroeconomia da publicação, Luciano Pádua. Em sua apresentação, Pádua destacou os números do Livro Azul da Economia, que confirmaram os investimentos de R\$ 280 bilhões em infraestrutura previstos para 2025.

ABDIB PARTICIPA DE PAINÉIS NA COP30

Além da participação de vários conselheiros e coordenadores de comitês em mais de 20 painéis e debates que aconteceram desde a abertura oficial da COP-30, no dia 10 de novembro, em Belém, a ABDIB marcou presença institucional na Conferência do Clima da ONU na terça-feira passada. No dia 18, o presidente executivo Venilton Tadini e o diretor de Planejamento e Economia Roberto Guimarães participaram de discussões realizadas nos espaços da Caixa Econômica Federal e da Confederação Nacional das Empresas de Seguros — CNSeg.



POSICIONAMENTO DA ABDIB

Posições da ABDIB, em notas próprias e manifestações conjuntas com outras entidades sobre temas importantes para a infraestrutura em 2025



DEFESA DA MANUTENÇÃO DOS VETOS A ARTIGOS DO PROJETO DAS EÓLICAS OFFSHORE

A ABDIB, em conjunto com outras entidades representativas do setor de energia elétrica, expressou em artigo publicado nesta terça-feira, dia 28 de janeiro, no jornal O Estado de S. Paulo, a preocupação com o risco de derrubada dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a artigos da lei que instituiu o Marco Legal das Eólicas Offshore. Os artigos vetados não tinham relação direta com o objeto da lei e podem ser definidos como “jabutis” que, se fossem mantidos, encareceriam em 9% as contas de luz de milhões de brasileiros.

APOIO À PORTARIA 201 DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Carta enviada pela ABDIB aos Ministérios de Portos e Aeroportos, das Cidades, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, da Integração e do Desenvolvimento Regional e de Minas e Energia, sugerindo a adoção dos mesmos procedimentos previstos na Portaria 201, de 5 de março de 2025, que disciplinou a utilização das Debêntures Incentivadas nos projetos de responsabilidade do Ministério dos Transportes.

APROVAÇÃO DO PL 7063

A ABDIB cobrou do Senado a agilidade na tramitação do PL 7063, já aprovado pela Câmara, sob relatoria do Deputado Arnaldo Jardim. É necessário que o Senado Federal acelere a análise e aprovação (...) para não perdermos os esforços despendidos no âmbito das discussões realizadas na Câmara dos Deputados, bem como evitar que se avance para o novo ano eleitoral, quando será mais difícil tratar esta questão de forma prioritária e urgente pelo parlamento.

VEDAÇÃO DA EXIGÊNCIA DE CONTEÚDO LOCAL PARA SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO DE ENERGIA

Trata-se do Art. 22 do Projeto de Lei de Conversão da MP 1304/25, que, alterando o Art. 2º A da Lei 11.488/2007, veda a exigência de conteúdo local para projetos de investimento em sistemas de armazenamento de energia.

Este dispositivo é uma contradição ao que o Poder Executivo tem feito para impulsionar a indústria local. (...)

Por essas razões, a ABDIB solicitou o veto presidencial à parte final do parágrafo primeiro do Art. 2º A, da Lei 11.488/2007, objeto do artigo Art. 22 do Projeto de Lei de Conversão da MP 1304/25, retirando a expressão “ficando vedada a exigência de conteúdo local”.

O dispositivo foi vetado pela Presidência da República.



LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESPECIAL – LAE

Projeto de lei de conversão PLV 11/25, oriundo da MP 1.308/25

O referido PLV é oriundo da MP 1.308/25, editada pelo Governo Federal no mesmo dia da promulgação, com vetos, da Lei 15.190/25, que instituiu o novo marco legal do licenciamento ambiental no Brasil. O objetivo da MP foi a recomposição, em parte, dos dispositivos vetados e trata exclusivamente da regulamentação do Licenciamento Ambiental Especial (LAE), com regras que garantem agilidade ao processo.

A ABDIB considerou que o PLV 11/25 é um importante complemento à Lei 15.190/25 e deveria ser sancionado pelo Presidente da República, sem vetos, uma vez que avançava no sentido de dar mais celeridade aos processos de licenciamento ambiental aos projetos de infraestrutura, o que foi feito, com a sanção da Lei 15.300, em 22 de dezembro de 2025.

LEI 15.269/25 E VETOS

Atualiza e moderniza o arcabouço regulatório do setor elétrico

A ABDIB atuou junto à Casa Civil, ao Ministério das Minas e Energia e ao Congresso Nacional no sentido de promover a rápida aprovação do Novo Marco do Setor Elétrico. Aprovada pelo Congresso e sancionada com vetos pelo Presidente da República em exercício, a Lei 15.269/25 (derivada da Medida Provisória – MP 1.304/25 e do Projeto de Lei de Conversão – PLC 10/25), atualizou e modernizou a regulamentação do Setor Elétrico, focando a abertura do mercado livre, armazenamento de energia, autoprodução e modicidade tarifária e segurança energética.

A Lei nº 15.269/2025 promoveu avanços significativos para o setor elétrico brasileiro. Após os vetos presidenciais, a ABDIB manifestou sua preocupação em relação à celeridade da análise pelo Congresso dos temas que ainda estão em discussão. Especialmente aqueles relacionados ao *curtailment*, geração distribuída, armazenamento e mecanismos de compartilhamento de risco.

EDUCORP

Cursos para formação de profissionais da infraestrutura

O programa de Educação Corporativa da ABDIB – Educorp – completou 21 anos em 2025, oferecendo capacitação aos interessados em trabalhar em áreas estratégicas da infraestrutura, um dos setores que mais crescem na economia brasileira. O programa

tem o objetivo de atender às demandas das empresas associadas – que necessitam desse suporte para complementar a formação dos executivos, técnicos e especialistas que atuam na área de infraestrutura.

EM 2025, FORAM OFERECIDOS 3 CURSOS, QUE REUNIRAM CERCA DE 60 ALUNOS.

Concessões e PPPs em saneamento: critérios econômicos, financeiros, regulatórios e jurídicos

—> **Coordenação:** Prof. Gesner Oliveira

—> **Objetivo:** Apresentar os principais aspectos sobre concessões e PPP em saneamento e colaborar para a formação da educação profissional de analistas e executivos das construtoras, financiadoras, seguradoras, dos bancos e consultorias em geral, bem como dos gestores estatais e do público em geral.

Project finance

—> **Coordenação:** Fernando Fleury

—> **Objetivo:** Preparar o aluno para atuar nas diversas partes envolvidas no financiamento de projetos de infraestrutura: empresas, financiadores, seguradoras e demais colaboradoras. Visa também criar um olhar integrado sobre os empreendimentos em suas várias etapas: planejamento, licitação, financiamento, construção e gestão, compreendendo como os instrumentos transmutam ao se passar de uma fase para outra.

Seguros e garantias para infraestrutura

—> **Coordenação:** André Dabus

—> **Objetivo:** O desenvolvimento do segmento de infraestrutura, associado às mudanças climáticas severas que estamos vivenciando, demanda soluções diferenciadas e inovadoras do mercado segurador e ressegurador, nacional e internacional. Novos produtos de seguros já estão disponíveis para contratação, como: Seguro Paramétrico Climático, Seguros para Fusões e aquisições, protegendo o passivo oculto e conhecido em operações de M&A, dentre outros

PARA 2026 ESTÃO PREVISTOS OS SEGUINTES 10 CURSOS:



Concessões e PPPs em saneamento: critérios econômicos, financeiros, regulatórios e jurídicos

→ Coordenação: Prof. Gesner Oliveira
→ Carga horária: 15 horas



Modelos de regulação e equilíbrio econômico-financeiro

→ Coordenação: Fernando Marcato
→ Carga horária: 12h30



Conhecendo o I-REC: certificado internacional de energia renovável

→ Coordenação: Luciano Figueredo
→ Carga horária: 2h30



Orçamento público e investimentos em infraestrutura

→ Coordenador: Helder Rebouças
→ Carga horária: 8 horas



Finanças e contabilidade: visão estratégica para especialistas em infraestrutura

→ Coordenação: Gesner Oliveira
→ Carga horária: 15 horas



PPPs em infraestrutura social – educação e saúde

→ Coordenação: Ramon Ferreira
→ Carga horária: 15h



Project finance

- Coordenação: Fernando Fleury
- Carga horária: 57 horas



Regulação econômica em infraestrutura

- Coordenação: Eric Brasil
- Carga horária: 20 horas



Transição energética, mudanças climáticas e sustentabilidade do setor elétrico

- Coordenação: Maria João Rolim
- Carga horária: 12h30



Seguros e garantias para infraestrutura

- Coordenação: André Dabus
- Carga horária: 10h30



PARA SABER MAIS SOBRE OS CURSOS DO EDUCORP PREVISTOS PARA 2026 E SE INSCREVER, ACESSE O QR CODE.



ABDIB NA IMPRENSA

Algumas das reportagens, artigos e entrevistas sobre a ABDIB publicados na imprensa brasileira em 2025

Juro e dólar afetam avanço do setor privado na infraestrutura

O governo conta com investimento em infraestrutura para estimular a economia em 2025 e busca estimular o setor privado, na ausência de espaço fiscal no orçamento. A estratégia foi relativamente bem-sucedida em 2024, com o avanço nas modelagens das concessões, especialmente das rodovias, atraindo novos players inclusive estrangeiros, e da legislação, como a Lei do Saneamento que, apesar das revisões feitas sob pressão política, melhorou o quadro institucional.

[Valor Econômico](#)

Grupo pede para Congresso manter vetos de Lula na Lei das Eólicas *offshore*

Um grupo de associações do setor elétrico, da indústria e do comércio está fazendo uma campanha pública de pressão para o Congresso manter os vetos do presidente Lula no marco legal das usinas eólicas offshore.

[Veja](#)

Infraestrutura rumo para melhor ano em uma década

Mesmo em meio a um ciclo de aperto monetário que deve alçar a Selic a 15%, patamar não visto desde 2006, os investimentos em infraestrutura continuaram avançando em 2024 e devem se manter aquecidos em 2025, na esteira das inversões já contratadas pelas licitações dos últimos anos e também pela manutenção da onda de leilões.

[Valor Econômico](#)

Reemissão de debênture incentivada pode ajudar a atenuar impacto de juro alto, diz ABDIB

A possibilidade de concessionárias de rodovias e ferrovias emitirem debêntures incentivadas com prazo mais curto e, no futuro, poderem reutilizar o lastro desses papéis para uma nova captação deve atenuar o impacto negativo da alta dos juros no setor de infraestrutura, segundo Roberto Figueiredo Guimarães, diretor de Planejamento e Economia da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).

[Valor Econômico](#)

Investimento em infraestrutura deve crescer 11% este ano. Empresas buscam recursos no mercado

Na semana passada, a EcoRodovias concluiu uma primeira emissão de títulos de dívida, no valor de R\$ 2,2 bilhões, levantando recursos que serão direcionados para a Ecovias Raposo Castello. Trata-se da mais nova concessão do grupo, vencida em licitação do governo do estado de São Paulo em novembro passado, que entra em operação em 1º de abril.

[O Globo](#)

Infraestrutura precisa de investimentos

De acordo com a edição de 2024 do Livro Azul da Infraestrutura da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), o hiato de investimentos em infraestrutura no Brasil é de 2,27% do PIB por ano. Ou algo em torno de R\$ 270 bilhões anuais, ao longo de dez anos. O setor com maior defasagem é transportes e logística, com hiato de 1,72% do PIB por ano.

Artigo escrito por Venilton Tadini, presidente executivo da ABDIB e Roberto Guimarães, diretor de planejamento e economia da ABDIB.
[Valor Econômico](#)

Brasil tem 500 projetos de infraestrutura em elaboração para serem leiloados

Apesar da incerteza econômica crescente dos últimos meses, o Brasil tem um longo cardápio de projetos de infraestrutura que pretende transferir para a iniciativa privada com potencial para atrair bilhões em investimentos nos próximos anos.

Um levantamento realizado pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) apontou que o País tem cerca de 500 projetos em estruturação para migrar para o setor privado. Ao todo, eles podem garantir R\$ 750,5 bilhões em investimentos.
[O Estado de S. Paulo](#)

Infraestrutura deficiente de transporte exige maior participação privada

O déficit crônico nas contas públicas tem implicações na vida real que vão além dos efeitos dos juros altos necessários para conter a inflação.

O caminhoneiro que padece em estradas mal conservadas e o empresário que enfrenta toda sorte de problemas de logística para sua mercadoria chegar aos portos também estão entre as vítimas dos problemas fiscais do governo.

[O Globo](#)

Apesar do juro, investimentos infraestrutura ainda crescem

O governo aposta no investimento em infraestrutura para estimular o crescimento, mas, com suas óbvias limitações fiscais, conta decisivamente com o setor privado, que vem respondendo positivamente. O investimento no setor atingiu R\$ 259,3 bilhões no ano passado, segundo dados da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), excluindo óleo e gás, o equivalente a 2,22% do Produto Interno Bruto (PIB). A consultoria InterB calcula que o número foi um pouco menor, de 1,87% do PIB em 2024. Ambos são próximos do recorde de uma década atrás.

[Valor Econômico](#)

Uma conta a mais: eventos climáticos extremos

A conta dos eventos climáticos extremos chegou de vez. Além do rastro de destruição e das vidas ceifadas, com perdas de valor inestimável, os custos das ondas de calor, secas e temporais serão cada vez mais nítidos e exigirão mais recursos dos governos, gestores e população, ou seja, todos nós.

(...) Segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), é de 2,27% do PIB a lacuna de investimentos nesses setores na próxima década, ou R\$ 270 bilhões por ano.

[Valor Econômico](#)

‘Estamos no melhor momento para o investimento em infraestrutura no Brasil’, diz presidente da ABDIB

[Estadão](#)

Restrição na captação com debêntures incentivadas pode ter reflexo direto nas tarifas de concessões, diz ABDIB

[Valor Econômico](#)

Securitização é o início da transformação econômica

Em artigo publicado pelo Portal 360, o presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e o diretor de planejamento e economia, Roberto Guimarães, analisam que a Securitização é o início da transformação econômica. Ignorada pelo governo por razões questionáveis, a medida pode destravar recursos para investimentos e ajudar a reequilibrar as contas públicas.

[Poder 360](#)

Entenda como o investimento mais seguro do Brasil está em perigo

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou do podcast Manchetes, apresentado por Mara Luquet, para falar sobre os caminhos para alavancar os investimentos em infraestrutura no Brasil. Durante a conversa, ele abordou temas como segurança jurídica, parcerias público-privadas, estabilidade regulatória e os desafios para atrair capital privado.

[My News](#)

Imposto maior sobre debêntures de infraestrutura pode encarecer pedágio e impactar leilões, diz setor

[Folha de São Paulo](#)

Vetos à Lei de Licenciamento Ambiental frustram setor de infraestrutura, que fala em menos obras

[Folha de São Paulo](#)

Projetos de resíduos sólidos se multiplicam no país

[Valor Econômico](#)

Estudo mostra que IR de incentivadas renderia apenas R\$ 1,5 bilhão

[Valor Econômico](#)

Investir em infraestrutura elétrica é acelerar o futuro

Dados da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) revelam que, nos últimos 5 anos, os valores aportados em infraestrutura no Brasil somam R\$ 1 trilhão, sendo 77% desse montante de origem privada.

[Poder 360](#)

Construção pesada vê alta de preço e escassez de mão de obra em meio a boom de concessões

[Folha de São Paulo](#)

Brasil investirá R\$ 300 bilhões em infraestrutura em 2026, prevê presidente da ABDIB

Exame

Setor privado impulsiona ciclo virtuoso de investimentos em infraestrutura

Valor Econômico

Infraestrutura entra em novo ciclo com avanço do crédito privado e apoio de bancos multilaterais

Valor Econômico

Ciclo atual de leilões de infraestrutura deve garantir R\$ 400 bilhões de obras até 2030

Valor Econômico

PARA CONFERIR ESSAS E OUTRAS REPORTAGENS, ARTIGOS E ENTREVISTAS SOBRE A ABDIB, ACESSE O QR CODE."





Empresas Associadas

ACCENTURE DO BRASIL LTDA.	BNDES
ACCIONA INFRAESTRUTURAS S.A.	BOCATER, CAMARGO, COSTA E SILVA & RODRIGUES ADVOGADOS
AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.	BR INFRA GROUP
ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA.	BRAMETAL S.A.
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	BRK AMBIENTAL
ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA.	BROOKFIELD BRASIL LTDA.
ANDRITZ HYDRO LTDA.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
AON HOLDING CORRETORES DE SEGUROS LTDA.	CDHU
ARCADIS LOGOS S.A.	CODEMGE – CIA DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS
ARCO CONSULTING PARTNERS	CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
AROEIRA SALLES ADVOGADOS	CPFL ENERGIA S.A.
ARTERIS S.A.	CPP – COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS
ALYA CONSTRUTORA S.A.	CRASA INFRAESTRUTURA S.A.
AXIA ENERGIA	DELTA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
BANCO FATOR S.A.	DEMAREST ADVOGADOS
BARBOSA MELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGISTICA S.A.
BDO RCS AUDITORES ASSOCIADOS LTDA.	EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BF CAPITAL ASS. EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS LTDA.	EGTC INFRA S.A.
BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO
BMG SEGUROS S.A.	ENGIE BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Empresas Associadas

EY – ENRST&YOUNG ASS. EMPRESARIAL LTDA.	MACHADO, MEYER, SANDACZ E OPICE ADVOGADOS
FATOR SEGURADORA	MACQUARIE BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.
FELSBERG E PEDRETTI CONSULTORES LEGAIS	MANESCO, RAMIRES, PERES, SOCIEDADE E ADVOGADOS
GALAPAGOS CAPITAL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	MARSH CORRETORA DE SEGUROS LTDA.
GE ENERGIA RENOVÁVEIS LTDA.	MATTOS FILHO ADVOGADOS
GLP BRASIL GESTÃO DE RECURSOS E ADM	MOTIVA
GO ASSOCIADOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.	MOTTA FERNANDES ADVOGADOS
GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA.	NEOENERGIA S.A.
GRID SOLUTIONS TRANSMISSÃO DE ENERGIA LTDA.	NISHI & UYEDA ADVOGADOS
GS INIMA BRASIL LTDA.	NORTE ENERGIA S.A.
HITACHI ENERGY BRASIL LTDA.	NUCLEP – NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
I.C.COHEN SOCIEDADE DE ADVOGADOS	OEC – ODEBRECHT, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
INOVA BH S.A.	OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.
INTERTECHNE CONSULTORES ASSOCIADOS S.C. S.A.	ORIZON MEIO AMBIENTE S.A.
ISA ENERGIA BRASIL S.A.	PERFIN INFRA PARTICIPAÇÕES LTDA.
KPMG CORPORATE FINANCE LTDA.	PINHEIRO NETO ADVOGADOS
LAURO CELIDÔNIO NETO ADVOCACIA	PMMF ADVOGADOS
LCA CONSULTORES S.S.	PROMON ENGENHARIA LTDA.
LEITE, TOSTO E BARROS ADVOGADOS ASSOCIADOS	ROADIS BRASIL PARTICIPAÇÕES DE INFRAESTRUTURA LTDA.

Empresas Associadas

ROLIM, VIOTTI, GOULART, CARDOSO SOCIEDADE DE ADVOGADOS	TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.
RUMO S.A.	TOKIO MARINE SEGURADORA
SANTOS BASIL PARTICIPAÇÕES	TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS
SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA.	TSEA ENERGIA
SIEMENS INFRAESTRUTURA E INDÚSTRIA LTDA.	VALE S.A.
SM ASSESSORIA EMPRESARIAL E GESTÃO HOSPITALAR	VALLYA ADVISORS ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.
SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.	VINCI AIRPORTS
STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.	VLI MULTIMODAL
TAESA - TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A	VOCATUS ECONOMIA E FINANÇAS
TABOCAS PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S/A	VOITH HYDRO LTDA.
TAROBÁ ENGENHARIA E NEGÓCIOS LTDA..	XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
TAUIL & CHEQUER ADVOGADOS	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A.

